

PRÁTICAS DISCURSIVAS CONTEMPORÂNEAS - I

Corpo, memória e subjetividade

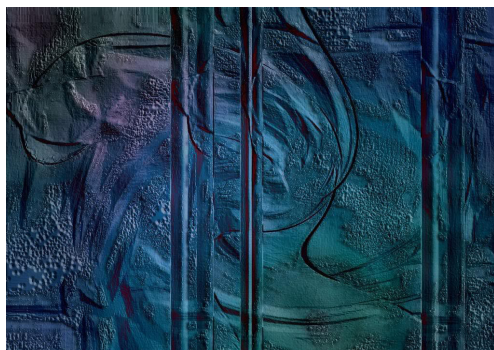
Edileide Godoi
Eliza Freitas
Emmanuele Monteiro
José Domingos
Regina Baracuhy
Tânia Pereira



3a. edição

PRÁTICAS DISCURSIVAS CONTEMPORÂNEAS - I

Corpo, memória e subjetividade



Edileide Godoi - Eliza Freitas
Emmanuele Monteiro - José Domingos
Regina Baracuhy - Tânia Pereira



Paraíba, 2021 - 3ª edição

PRÁTICAS DISCURSIVAS CONTEMPORÂNEAS - I

Corpo, memória e subjetividade

Edileide Godoi, Eliza Freitas, Emmanuele Monteiro,
José Domingos, Regina Baracuh, Tânia Pereira

Série Veredas, 24 - 3a edição - 2021



MARCA DE FANTASIA

Rua João Bosco dos Santos, 50, apto. 903A
João Pessoa, PB. Brasil. 58046-033
marcadefantasia@gmail.com
<https://www.marcadefantasia.com>

A editora Marca de Fantasia é uma atividade
da Associação Marca de Fantasia (CNPJ 09193756/0001-79)
e do NAMID - Núcleo de Artes e Mídias Digitais,
projeto de extensão do Departamento de Mídias Digitais da UFPB

Editor/Designer: Henrique Magalhães

Conselho Editorial

Adriana Amaral - Unisinos/RS; Adriano de León - UFPB;
Alberto Pessoa - UFPB; Edgar Franco - UFG; Edgard Guimarães - ITA/SP;
Gazy Andraus, Pós-doutoramento na FAV-UFG; Heraldo Aparecido Silva - UFPI;
José Domingos - UEPB; Marcelo Bolshaw - UFRN; Marcos Nicolau - UFPB;
Marina Magalhães - Universidade Federal do Amazonas - UFAM;
Nilton Milanez - UESB; Paulo Ramos - UNIFESP;
Roberto Elísio dos Santos - USCS/SP; Waldomiro Vergueiro, USP

Capa: HM sobre imagem de arquivo da internet

Imagens usadas exclusivamente para estudo de acordo com o artigo 46 da lei 9610,
sendo garantida a propriedade das mesmas a seus criadores
ou detentores de direitos autorais.

ISBN 978-65-86031-42-3

Sumário

5. Apresentação
8. Como o discurso da culinária nordestina, divulgado em textos midiáticos, constrói marcas identitárias paraibanas
Edileide Godoi
29. Fragmentos do discurso religioso na produção de subjetividades homoafetivas
José Domingos
45. Incluir para se fazer sentir: uma análise discursiva da inclusão social do corpo deficiente
Eliza Freitas e Regina Baracuhy
62. Charge: lendo imagens nas trilhas da AD francesa
Emmanuele Monteiro
80. O biopoder sobre o corpo nas capas da revista Veja
Tânia Pereira

Apresentação

O discurso enquanto lugar teórico por onde enredam-se as importantes questões acerca da língua, da história e do sujeito empreende, através do dispositivo da Análise do Discurso, um conjunto de estreitas relações entre estes três elementos. No interior dessas relações, entrecruzam-se diferentes representações inscritas na ordem da linguagem e da história, que acenam para a possibilidade da inserção de novos e diferentes objetos no âmbito dos estudos do discurso.

É neste sentido que os textos que integram este primeiro volume, intitulado *Práticas Discursivas Contemporâneas: corpo, memória e subjetividade*, lançam um olhar para objetos discursivos distintos. Não obstante à multiplicidade de objetos e temáticas, os trabalhos ora apresentados estão ancorados teórica e analiticamente no campo de estudo da Análise do Discurso, com ênfase nas formulações de Michel Pêcheux e Michel Foucault.

Os artigos aqui reunidos são oriundos de pesquisas – algumas já concluídas, outras em curso – desenvolvidas pelo Círculo de Discussão em Análise do Discurso (CIDADI) cujos pesquisadores integram o Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

A Análise do discurso (AD) desde sua constituição é eminentemente um espaço de interseção com outros campos do saber. Assim, o texto de Edileide Godoi estabelece um diálogo da AD com os Estudos Culturais considerando que em ambos os campos teóricos é possível trabalhar a questão da identidade levando em conta o espaço sócio-histórico e cultural em que ela se constitui. O trabalho citado analisa

como têm sido construídos os processos de identidade paraibana nos textos de propagandas em que circulam o discurso da culinária nordestina. Para tanto, a autora mostra um percurso no qual o homem nordestino paraibano se identifica com um conjunto particular de práticas que vão produzindo um lugar identitário para si.

Pautando-se na ideia de que os discursos midiáticos interferem na produção de sentido de um texto, Maria Emmanuele Rodrigues Monteiro mostra como se constitui a relação leitor/imagens a partir da análise de charges de Régis Soares, ao mesmo tempo em que põe à vista o processo em que o leitor atribui significado(s) às charges a partir do lugar sócio-histórico que ocupa. Com base no conceito de trajeto de leitura de Michel Pêcheux, no qual a imagem opera através da memória social, o trabalho discute a produção de sentido em torno do personagem Lula retratado nas charges enquanto estereótipo (de nordestino e de político) e o gesto interpretativo de enquadrá-lo na figura arquetípica do herói, um “pícaro nordestino”.

Na esteira da temática do sujeito, em especial o trabalho que este empreende sobre si no momento em que enuncia, a proposta de JJ Domingos é discutir a construção de subjetividades homoafetivas por meio de práticas discursivas circunscritas no domínio religioso. A questão que será posta à discussão é: de que modo o sujeito que se reconhece a partir de uma sexualidade homoafetiva é afetado por uma moral religiosa e que procedimentos discursivos este sujeito organiza e seleciona na busca de uma construção de si? Da análise dos enunciados linguístico-discursivos de um documentário, o autor chama a atenção para o papel da religiosidade enquanto campo discursivo que historicamente urdiu, como nenhum outro, e de forma tão estratégica, seus dispositivos na regimentação de modelos legais para as práticas sexuais.

Trazendo outro objeto para a abordagem dos processos sócio-históricos reguladores do discurso, Maria Eliza Freitas do Nascimento e Regina Baracruhy mostram como o discurso sobre a inclusão social do corpo deficiente entra no cenário contemporâneo da AD, quando muito importa ao debate as discursividades do cotidiano. A discussão desenvolve-se em duas perspectivas: a da mídia como dispositivo de produção de discursos, que opera na construção de subjetividades, dita técnicas disciplinares e padrões de comportamentos e a da história do corpo; como este tornou-se fecundo para a gestão da população, através da governamentalidade que tem por alvo gerir a vida das pessoas. Isto vai oportunizar a imersão do corpo deficiente na ordem do discurso da inclusão social.

Continuando a reflexão acerca da governamentalidade dos corpos e da mídia enquanto dispositivo de produção e circulação de sentidos, Tânia Maria Augusto Pereira centra seu olhar analítico nas imagens do corpo belo e saudável veiculadas na capa da revista *Veja*. A autora mostra que as imagens, como circulam na mídia, funcionam como um dispositivo de etiquetagem e de disciplinamento dos corpos. No sentido foucaultiano, a partir do conhecimento científico sobre o corpo são desenvolvidas ações de poder sobre o mesmo; é o biopoder. O texto também expõe como este biopoder está materializado nas práticas discursivas, através de enunciados que enaltecem a beleza e almejam uma estética perfeita.

José Domingos

Como o discurso da culinária nordestina, divulgando textos midiáticos, constrói marcas identitárias paraibanas

Edileide Godoi

Introdução

Este trabalho, foi realizado em nível de Mestrado, está vinculado ao programa de Pós-Graduação em Linguística - PROLING/UFPB. O objetivo desta pesquisa foi analisar como vêm sendo construídos os processos de identidade paraibana nos textos de propagandas em que circulam o discurso da culinária nordestina.

Mas como definir uma identidade paraibana, na “modernidade líquida”, uma vez que não há mais uma identidade fixa, estável com a qual possamos nos reconhecer enquanto indivíduos sociais?

Para alguns estudiosos no assunto como Stuart Hall, Tomaz Tadeu da Silva, Zygmunt Bauman, Kathryn Woodward, entre outros que trabalham com identidade numa perspectiva cultural e discursiva; a identidade fixa, estável, é uma fantasia, pois com os avanços tecnológicos, midiáticos e com a globalização, diferentes culturas são postas em interconexão, fazendo com que práticas sociais se-

Edileide Godoi é Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da UFPB.

jam continuamente reformadas. A identidade, antes vista como um processo unificado, fixo; na contemporaneidade tem um caráter descentrado e fragmentado. Conforme Hall (2001), na sociedade moderna, ela permanece sempre incompleta, em “processo”.

Nessa mesma perspectiva, Bauman (2005) concebe a identidade como um quebra-cabeça *incompleto*, faltando muitas peças e jamais se saberá quantas. Para ele, uma identidade fixada, única, solidamente construída, neste mundo líquido moderno, seria um fardo, uma limitação da liberdade de escolha. “Seria um presságio da incapacidade de destravar a porta quando a oportunidade estiver batendo” (BAUMAN, 2005, p. 60). Para esses pesquisadores, a identidade, “na modernidade tardia”, é uma “celebração móvel”, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados nos sistemas culturais que nos rodeiam, o que nos levam ao fato de que para se discutir a identidade, é preciso levar em conta um contexto sócio-histórico cultural, que influencia e organiza a produção dos discursos.

É sob o enfoque da Análise do Discurso francesa e seus diálogos com os Estudos Culturais que desenvolvemos este trabalho, justamente porque essa teoria nos permite trabalhar o sujeito e sua identidade levando em conta esse espaço sócio-histórico cultural, nos permitindo analisar quais as marcas discursivas da cozinha¹ nordestina que apresentam traços identitários da Paraíba.

Ao longo de nossa pesquisa, surgem vários pontos de interrogação, por exemplo; o que permitiu que fossem escolhidas “estas” práticas discursivas e não outras em seu lugar? *A que ordem do*

1. O conjunto de pratos ou iguarias que caracterizam os hábitos alimentares de um país ou de uma região (HOUAISS, 2001).

discurso estão submetidos os enunciados dos textos de propaganda para que eles possam efetivamente existir? Quais as relações de poder que permeiam essas representações? E por fim, até que ponto nos representamos enquanto indivíduos inseridos em um lugar determinado num dado momento histórico na “modernidade tardia” (BAUMAN, p. 2005), num mundo pós-globalizado, que opera por relações de inclusão e exclusão?

O *corpus* escolhido para essa pesquisa, é importante que fique claro, não trata da gastronomia nordestina regional, e sim de textos de propaganda que apresentam, em sua materialidade linguística (verbal e não-verbal), o discurso culinário² nordestino-paraibano que circula através do discurso midiático.

Para tratar o discurso culinário, que se faz presente no gênero discursivo propaganda, enfocaremos estudiosos no assunto como Michel de Certeau - tratando do papel da comida no cotidiano da sociedade -, Luís da Câmara Cascudo - fazendo um apanhado histórico e sociológico da cozinha brasileira -, e Wills Leal abordando as particularidades da culinária nordestina.

A fim de observarmos como as marcas culturais e os valores sociais são definidores de identidades, analisaremos um conjunto de documentos selecionados; que não apresentam uma linearidade histórica, mas fornecem possibilidades de análise de frações do saber, de práticas discursivas. São textos de propagandas, nos quais circula o discurso da culinária regional nordestino-paraibana, veiculados em diferentes suportes impressos. Para esse trabalho, em

2. Neste trabalho, a culinária nordestino-paraibana é analisada segundo Certeau (1994), que a concebe como uma prática sociocultural que se ordena em cada região segundo um código detalhado de valores, de regras e de símbolos, em torno dos quais se organiza o modelo alimentar de uma área cultural num determinado período.

especial, selecionamos três propagandas encomendadas por órgãos públicos do estado da Paraíba, circulando no período de junho de 2006 a dezembro de 2007.

AD: uma âncora de análise discursiva

Na busca de uma de um suporte teórico-metodológico para empreender as diversas leituras possíveis de um texto entramos no terreno arenoso da Análise do Discurso francesa (AD), uma ciência em que a análise precede a própria teoria (MALDIDIER, 2003, p.12). Fundada pelo filósofo Michel Pêcheux, no final dos anos sessenta, esse campo do saber tem como objeto de estudo, o discurso – lugar teórico em que se entrelaçam questões sobre a língua, o sujeito e a História.

Durante todo percurso dessa teoria houve diversos “diálogos e duelos” que surgiram entre seu fundador Michel Pêcheux e outros teóricos como Bakhtin e Foucault. Diálogos indispensáveis para a construção do “edifício teórico” da Análise do Discurso. Esses “fundadores de discursividades” (é assim que Gregolin os concebe) desestabilizaram certezas sobre a língua, sobre o discurso, sobre o sujeito, sobre o sentido. Ainda de acordo com essa estudiosa da AD francesa

Eles construíram as bases para que possamos pensar, hoje, nas relações entre a língua e o discurso, na não - evidência dos sentidos, nas articulações da subjetividade com alteridade, nas determinações ideológicas, no dialogo, na intertextualidade, na interdiscursividade (...) construíram a possibilidade de novos olhares para o texto, para os processos discursivos que os sustentam (GREGOLIN, 2001, p. 30).

Essa abertura da AD francesa para novos pensadores, segundo Gregolin (2001) se dá na obra de Pêcheux *Discurso: estrutura ou*

acontecimento a partir de dois universos discursivos: os logicamente estabilizados e os não-estabilizados. A Análise do Discurso toma como objeto de análise, os discursos não-estabilizados. Isso ocorre porque os universos discursivos logicamente estabilizados operam sobre estratégias de interpretação do indivíduo, considerado a fonte e origem de informações adequadas para a construção do sentido. Fato incoerente para AD francesa, devido a essa teoria reconhecer que a condição essencial da produção e da interpretação reside na existência de um sujeito não-empírico, não individual, que fala a partir de “posições sociais” inscritas em de um corpo sócio-histórico, e não no domínio individual do sujeito psicológico. Assim concebe Gregolin (2001 p. 23-24):

Nos universos discursivos logicamente estabilizados ocorre um fechamento metalinguístico da situação da interpretação na qual supõe que o sujeito opera por meio de estratégias cognitivas com base nas informações que ele dispõe. A partir da existência de um conjunto estruturado de operações localizadas no sujeito, considera-se que ele é *capaz de construir o sentido adequado* de uma sequência dada, com referência ao universo discursivo, estável logicamente, em que ele se insere (...). Não é de se estranhar, portanto, que os espaços dos universos discursivos estabilizados constituam o espaço privilegiado da aplicação das teorias psicológicas do sujeito epistêmico (...). Nos espaços discursivos não estabilizados, a língua natural não é uma ferramenta lógica mais ou menos infalível, mas um espaço privilegiado de inscrição de traços linguageiros discursivos, que formam uma memória sócio-histórica. É esse corpo de traço que a análise do discurso toma como objeto, com o objetivo de construir corpora heterogêneos e estratificados, que estão em reconfiguração permanente.

Analisaremos a propaganda culinária nordestino-paraibana dentro desse conjunto de discursos do cotidiano, o qual traz como con-

dição de interpretação, um corpo sócio-histórico de traços discursivos exteriores e anteriores à sequência dada.

Para o trabalho com a culinária, enquanto prática sociocultural, nos basearemos em teóricos como Michel de Certeau, o qual vê a prática culinária com papel central na vida das pessoas, seja de quaisquer classes sociais; Wills Leal, para discutirmos a culinária nordestina; Livia Barbosa, para tratar da culinária como prática cotidiana, além de Luís da Câmara Cascudo com sua obra, *História da Alimentação no Brasil*, dando-nos o privilégio de pesquisar os desconhecidos saberes e sabores de nossa cozinha brasileira, e por fim, Nestor Garcia para o trabalho da culinária enquanto produto de consumo.

Tendo em vista as mudanças teórico-metodológicas no campo da AD Francesa, para melhor compreensão do seu objeto de estudo: o discurso, definiremos no decorrer de nossas análises alguns conceitos consolidados nesse campo do saber como: discurso e enunciado; formação discursiva, interdiscurso, e memória discursiva, sujeito e sua relação com a identidade.

Traços identitários paraibanos

Para traçarmos esse percurso em que o homem nordestino paraibano se identifica com suas particularidades, selecionamos um conjunto de textos publicitários que trazem no fio discursivo a culinária nordestino-paraibana. Entretanto, para este espaço em particular, apenas duas propagandas vêm exemplificar todo desenvolvimento de nossa análise.

A primeira propaganda turística, a ser analisada, “Conheça a Paraíba começando pela cozinha”, foi divulgada pelo Jornal A União em ju-

inho de 2006. O texto (verbal e não verbal) enfatiza a tradição culinária degustada, principalmente, em época de festas juninas na Paraíba.



Fig. 1: A *União*, caderno de turismo, edição especial, janeiro de 2006

Observamos neste texto ocorre o resgate de uma memória social, coletiva, regional na Formação discursiva da culinária nordestino-paraibana, atravessada pelo discurso turístico.

O texto da propaganda enuncia: “Comidas típicas”. “Conheça a Paraíba, começando pela cozinha”. No final da margem direita do texto, a logomarca do governo do estado que anuncia “Brasil. Paraíba para conquistar você”, tudo isso acompanhado do texto visual, apresentando a canjica, o bolo de milho, o pé-de-moleque, a tapioca, a sorda, comidas que normalmente estão na mesa do paraibano, mas especialmente em época de São João.

Não podemos deixar de salientar que a prática culinária nordestina está fortemente ligada a vários ciclos festivos e religiosos. Segundo Leal (2001), a alimentação e a mesa são, em geral, espaços privilegiados em que se manifestam espontaneamente, as particularidades culturais, as reivindicações nacionais e as tendências religiosas.

Nessa propaganda, por exemplo, a imagem das comidas nos remete à tradicional festa do São João, que ocorre no mês de junho em todo Nordeste em homenagem aos santos casamenteiros e à “fartura” do milho. Esse é o maior evento cultural nordestino.

Na Paraíba, o “São João” (modo pelo qual se referem os nordestinos ao ciclo de festas do mês de junho) é a expressão máxima de nossa cultura, unindo elementos regionais da música (farró), da dança (quadrilha), da gastronomia (comida de milho e outras iguarias próprias para comemorar esse grande evento), do artesanato e da poesia. Em Campina Grande acontece “o maior São João do mundo” São trinta dias de festa, que além de resgatar a tradição nordestina, contribuem para divulgar a cultura, estimular o crescimento de novos valores nas artes e posicionar a Paraíba e o Nordeste em lugar de destaque nacional e internacional.

Acredita-se que as festas juninas têm origens no século XII, na região da França, com a celebração dos solstícios de verão (dia mais longo do ano, 22 ou 23 de junho), vésperas do início da colheita. Como aconteceram com outras festas de origem pagã, estas também foram adquirindo um sentido religioso introduzido pelo Cristianismo, trazido pela Igreja Católica ao Novo Mundo. A comemoração das festas juninas é certamente herança portuguesa no Brasil, acrescida ainda dos costumes franceses que a ela se mesclaram na Europa e, que logo foram adaptados à realidade sociocultural do Brasil, mas principalmente, aos costumes nordestinos.

É interessante notar que não apenas o dia propriamente dito, mas todo o mês de junho é considerado como tempo consagrado a estes santos na região Nordeste e, principalmente, as vésperas dos dias santos, que é quando se realizam os sortilégios e simpatias, a parte mágica da festa típica do Catolicismo Popular. Inúmeras adivinhações a respeito dos amores e do futuro (com quem se vai casar, se é amado ou amada, quantos filhos se vai ter, se vai morrer jovem ou ganhar dinheiro etc.) são feitas nessas datas religiosas, em geral de madrugada. No São João essas tradições religiosas entrecruzam-se ao profano constituindo uma identidade sincrética para o povo nordestino-paraibano, principalmente para a população do interior.

Mas vale ressaltar as festas juninas, especialmente no Nordeste, vêm se transformando, atualizando-se em função das expectativas dos participantes, demonstrando a grande capacidade adaptativa das tradições, capazes de se reinventarem sempre que necessário. Por exemplo, nas festas juninas, o tradicional forró pé-de-serra fica em suspenso para dar lugar às bandas de forró eletrônico (Aviões do Forró, Calcinha Preta, Capim com Mel, Mastruz com Leite, Gatinha Manhosa etc.). Essas bandas invadem o Nordeste em época de São João. Devido ao desenvolvimento dos meios de comunicação e à descoberta das festas como produto turístico, as grandes festas populares brasileiras ganharam espaço na mídia e, a partir disso, recursos do Estado para sua implementação como eventos oficiais. Assim, as festas juninas estão sendo redescobertas e redefinindo identidades.

Em Campina Grande na Paraíba, onde se comemora “o maior São João do mundo” são significativas as transformações na festa tradicional e o modo como estão se inserindo na modernidade. A festa junina tem absorvido elementos novos sem abandonar suas principais características, mediando as relações entre tradição e

modernidade. Esse fato permite que o nordestino-paraibano se inscreva nos costumes atuais sem perder seu vínculo com os valores que se inscrevem em outro momento histórico.

De acordo com Ferreira e Orrico, a difusão de práticas sociais “memorialistas” surge como resistência à perda de um passado mais confortável, estável, previsível. “O medo do esquecimento no mundo contemporâneo, principalmente nos grandes centros urbanos, está relacionado à crescente disponibilidade da memória, uma decorrência do desenvolvimento tecnológico dos recursos da mídia, da percepção de sua temporalidade e da consciência de sua fragmentação” (FERREIRA e ORRICO, 2002, p. 8.).

O fato é que essas referências estabilizadas no imaginário de um grupo, comunidade ou nação, e que de alguma forma, constituem a sua identidade, ao se deslocarem de um contexto histórico a outro, opondo-se ou reafirmando dizeres, se inserem em práticas que revelam novas ancoragens, permitindo a reavaliação entre presente, passado e futuro.

Nesta propaganda, o efeito de identidade é construído pelo regional, pois o próprio enunciador salienta que esses são pratos (cangica, pé-de-moleque, pamonha, tapioca etc.) contam uma história paraibana. No entanto, o atravessamento do discurso turístico tentando persuadir o turista de diferentes partes do país pelo efeito de empatia não deixa esquecer que esses valores culturais paraibanos fazem parte de uma cultura nacional. Esses sentidos são construídos tendo em vista que a logomarca da Paraíba é acompanhada pelo vocábulo Brasil, dando a entender que Paraíba faz parte do Brasil, logo os valores culturais paraibanos fazem parte desse conjunto mais amplo da cultura nacional.

Para Hall, embora uma identidade nacional seja representada como unificada, uma cultura nacional é construída por diferenças culturais internas.

Uma cultura nacional nunca foi um simples ponto de lealdade, união e identificação simbólica. (...) A maioria das nações consiste de culturas separadas que foram unificadas por um longo processo de conquista (...). Elas são atravessadas por profundas divisões internas, sendo “unificadas” apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural (HALL, 2001 p. 59-62).

Desse modo, é a partir dessas diferenças culturais, que se instauram no interior dessa identidade nacional, que a Paraíba é identificada; diferenças que neste texto se estabelecem via discurso da prática culinária, mas que nos remete à tradição das festas juninas.

Para a próxima propaganda, entrevemos que todo enunciado é constituído pela singularidade e repetição, portanto essa análise continua, em sua dispersão enunciativa, buscando as regularidades que permitem que se construam marcas identitárias paraibanas.

A propaganda, em questão tem como suporte textual, o folder, e foi encomendada pelo restaurante Vila Cariri e recolhida na cidade de João Pessoa, PB, em novembro de 2007, aborda em sua materialidade verbal e não-verbal o discurso culinário “tipicamente” nordestino-paraibano. O enunciado imagético-discursivo) apresenta figuras relevantes na construção da identidade paraibana como: o bode, o cacto, e o sol, e a materialidade verbal enunciada como: Vila Cariri, ambiente temático, “Venha conhecer o bar e restaurante mais porreta de João Pessoa”, “Proseie bem à vontade”, Happy Hour Cariri, “Diariamente, com gente bonita e comida da boa!”. Esse conjunto de enunciados, imagéticos e verbais, é complementar

na construção de sentidos. Juntos, esses enunciados nos permitem construir significados que seriam impossíveis separadamente.



Fig. 2: Folder de propaganda turística recolhido no restaurante Vila Cariri em João Pessoa em novembro de 2007

Em um primeiro momento, percebemos nesse texto o enunciador tenta persuadir o consumidor, apoiando-se no conjunto de enunciados imagéticos bastante significativos para o contexto histórico nordestino. O bode, o cacto, a paisagem, aparentemente seca, são imagens que, há muito, estão discursivizadas em diversas formações discursivas como próprias da região Nordeste. No entanto, essas imagens percebidas em diferentes discursos, seja nos ditos ou nos silenciamentos, não dizem nada por si mesmas, elas só se re-

presentam enquanto parte de uma cultura, “[...] a qual não pode ser entendida sem referência a realidade social de que faz parte, a história de sua sociedade” (SANTOS, 2007, p. 47).

Simultaneamente a esses jogos enunciativos nordestinos que se representam pelas imagens do bode, do cacto, da árvore seca por trás da vila, figuras que simbolicamente representam bem a região do Cariri, temos também uma linguagem que, no imaginário social brasileiro, é caracteristicamente nordestina: “Venha conhecer o bar e restaurante mais porreta de João Pessoa”, “Caldos e cremes de lamber os beijos”, “Proseie bem à vontade”. Esses recursos expressivos, diga-se, estereótipos criados em torno da linguagem nordestina, disponibilizados no corpo do texto, vêm ratificar tanto a regionalidade das comidas oferecidas neste restaurante, como causar no consumidor nordestino-paraibano um efeito de empatia pela representação linguística regional. Para Silva (2000), no sistema de representação de um grupo, é extremamente comum o apelo a mitos e narrativas fundadoras, em torno dos quais se possam ligar pessoas, reunindo-as em grupos, comunidades e nacionalidades específicas. “É necessário reunir, criar laços imaginários para que os indivíduos não se sintam isolados”. E acrescenta ainda, que “[...] a língua tem sido um dos elementos centrais desse processo” (SILVA, 2000, p. 85).

Mas, no caso do nordestino, a língua e suas nuances sofre o preconceito criado através de estereótipos criados pela mídia. Expressões como “lamber os beijos” e porreta em um estilo de linguagem coloquial-vulgar como sugere a palavra “porreta”, exaustivamente pronunciada na novela das oito, *Senhora do Destino*, pela atriz Suzana Vieira que vivia em seu personagem, Maria do Carmo, uma mulher nordestina nos leva a pensar que essas expressões vêm ratificar preconceitos e estereótipos em torno da linguagem nordestina.

Outro fato relevante, ainda se tratando da materialidade linguística deste texto, que não podemos deixar de ressaltar, se dá em torno do superlativo relativo no enunciado, “Venha conhecer o bar e restaurante mais porreta de João pessoa”. Os substantivos “bar” e “restaurante” são intensificados pelo adjetivo superlativo relativo de superioridade (mais porreta), construindo-se a ideia de que o Vila Cariri é melhor, superior a todos os outros bares e restaurantes da cidade de João Pessoa.

Esse fato nos faz refletir quão é importante a alteridade e as relações de poder que permeiam os sujeitos e seus dizeres. Por exemplo, para definir a Vila Cariri como o bar e restaurante *mais porreta* da cidade, foi preciso colocá-lo em relação aos outros (bares e restaurantes de João pessoa). Conceituá-lo como o melhor significa dizer que os outros, por bons ou *porreta* que sejam não são tão bons ou *porreta* quanto ele, o que necessariamente, implica relações de poder, relação de incluir/excluir (X melhor ou superior a Y), quem fica dentro e quem está fora, quem pertence e quem não pertence.

Todos esses fatos perceptíveis na materialidade linguística verbal e não-verbal nos permitem acolher, em “pleno voo”, uma série de significados a respeito das práticas sociais do homem nordestino; são sentidos que já foram discursivizados, inscritos em outro lugar, em outros momentos, dentro de uma rede de outros elementos, outros fatos, mas que se ligam interdiscursivamente através de uma memória discursiva a esse conjunto cultural popular do Nordeste. Valores que são transmitidos de geração a geração através da memória coletiva e permanecem no imaginário social conforme diz Gregolin (2003), através de “mitos” e “narrativas”, bem como através de práticas sociais vivenciadas cotidianamente.

Considerando que na AD, o discurso é produzido por um sujeito construído a partir de um lugar sócio-histórico específico, podemos perceber que a História incorporada à materialidade linguística, neste texto, inscreve enunciados (imagéticos e verbais) dentro de um conjunto cultural particularmente nordestino. São acontecimentos que marcam um lugar, uma época e espaço social específico, demonstrando, simbolicamente, como práticas sociais discursivizadas pelos meios de comunicação, vêm representando o homem nordestino-paraibano. Segundo Gregolin, em seu texto *Discurso, História e a produção de Identidades na mídia*,

O trabalho discursivo de produção de identidades desenvolvido pela mídia cumpre funções sociais básicas tradicionalmente desempenhadas pelos *mitos* – a reprodução de imagens culturais, a generalização e a integração social dos indivíduos. Essas funções são asseguradas pela ampla oferta de modelos difundidos e impostos socialmente por processos de imitação e formas ritualizadas. Esses modelos de identidades são socialmente úteis, pois estabelecem paradigmas, estereótipos, maneira de agir e de pensar que simbolicamente inserem o sujeito na “comunidade imaginada” (GREGOLIN, 2007, p. 50).

Esse discurso de representatividade do homem nordestino-paraibano, notório no texto de propaganda analisado, se dá tanto pela repetição de enunciados em outros textos de propaganda que se inscrevem dentro de uma formação discursiva gastronômica, como pela repetição em outras FDs, como já citado. São símbolos e imagens que constroem certa regularidade em torno dos sentidos a respeito das práticas do homem nordestino. No entanto, essa repetição não teria fundamento se junto a ela não fossem reafirmados determinados valores que se inscrevem em outros lugares, em ou-

tros momentos, narrativas exemplares que reafirmam esse espaço social particular.

Esse retorno vem legitimar o discurso do enunciador, através de uma relação de repetição-atualização de sentidos, mostrando que os discursos não estão prontos, acabados, no corpo do texto, mas se reproduzem aquém e além das palavras, em uma exterioridade que é constitutiva de todo enunciado. São formulações que se inscrevem historicamente e que são percebidas interdiscursivamente na articulação com a memória discursiva.

Em relação à História é preciso lembrar que ela não está fora do discurso, ao contrário. Assim salienta Santos (2007, p. 47):

A história não é algo exterior ao discurso, mas é interior a ele, pois o sentido é histórico. Por isso, para perceber o sentido, é preciso situar o enunciado no diálogo com outros enunciados e apreender os confrontos sêmicos que geram os sentidos. Enfim, é preciso captar o dialogismo que o permeia.

Imagens como a do cacto, da cabaça, da paisagem seca, assim como o uso da linguagem regional são retomadas nestes textos de propaganda; são formulações repetíveis que inserem o sujeito em um momento e lugar determinado. Essa intertextualidade perceptível no discurso da culinária nordestino-paraibana vem ratificar traços discursivos que estão cristalizados no imaginário nacional. São símbolos de representação do homem nordestino-paraibano.

No entanto, é importante frisar que, embora haja essa retomada de enunciados que simbolicamente, não podemos excluí-los como significativos para representação tanto do homem nordestino, como de sua região, eles são ressignificados no contexto sócio histórico

atual, permitindo ao sujeito identificar-se, reconhecer-se em marcas do passado ressignificadas em práticas do presente.

Concebendo a identidade conforme propõe Hall (2001), algo que se forma inconscientemente, ao longo do tempo, estando sempre em processo de mudança, verificamos no texto publicitário do restaurante Vila Cariri, que o enunciador constrói uma identidade nordestino-paraibana unindo o “tradicional” e o “moderno”. O enunciador, apesar de inscrever o nordestino-paraibano em práticas discursivas específicas, em valores culturais que representam uma realidade particular, não nega a sua relação com o mundo globalizado. Enunciados como: “Happy hour Cariri”, “os melhores sanduíches” (concorrendo com o Mcdonald, Bobs e outros), vêm demonstrar um sujeito que, embora não negue sua relação com valores cristalizados e, muitas vezes, estereotipados em nossa sociedade, está inserido em práticas sociais do presente. Esse fato confirma a proposta de Santos (2007) em relação à cultura, compreendendo-a, não como algo fixo, acabado, estanque, uma coisa com começo, meio e fim. “As culturas humanas são dinâmicas”. A principal vantagem de estudá-las é porque contribuem para o entendimento dos processos de transformação que passam as sociedades contemporâneas.

As marcas discursivas que causam um efeito de identificação são construídas nos discursos através de uma memória fazendo emergir uma cultura, esta por sua vez, constrói sentidos contidos nas histórias contadas sobre a nação, imagens que conectam presente e passado, colocando em evidência fatos relevantes que nos permite compreender melhor o porquê de nos comportamos de uma maneira e não de outra.

Portanto, não é por acaso que o discurso culinário, embora resgate práticas que estão “cristalizadas” na memória coletiva da so-

cidade nordestina, adapta-se cada vez mais a práticas do presente. Esses discursos vêm mostrar a inserção do homem na sociedade contemporânea, globalizada, influenciada pelos meios de comunicação. Por exemplo, no texto da propaganda analisada, percebemos que práticas do passado se misturam com costumes do presente, e juntos, nesse jogo entre o “novo” e o “velho” vão sendo construídas novas identidades com as quais sujeito pode se identificar ou não. Para Gregolin (2001), as coisas e os sujeitos não pré-existem aos discursos, ao contrário são esses que os constituem.

Dando um efeito de fim

Seria muito simplificador para um analista do discurso, que reconhece na materialidade discursiva o equívoco, os atos falhos, a heterogeneidade constitutiva, dizer que o processo de interpretação foi concluído, visto que os sentidos não são transparentes, ele não está na materialidade linguística pronto para ser “colhido”, ao contrário, eles só podem ser construídos na rede discursiva, no entrelaçamento com outros discursos, com os quais dialogam, estabelecendo relações de vizinhanças e deslocamentos.

Assim, os efeitos de sentido que ecoam no discurso da culinária nordestina, apresentada nos textos publicitários, são construídos no espaço do repetível, do “mesmo”, que voltam para complementar e construir novas significações, uma vez que é a partir de um pré-construído que os sentidos se constituem. Em cada propaganda, reaparecem tanto vozes do passado, retomando as mesmas figuras, os mesmos símbolos, os mesmos temas cristalizados na memória social, como vozes do presente que ecoam fatos atuais e particulares dos espaços que as propagandas anunciam.

Dessa forma, o procedimento, que se evidencia na produção dessas propagandas que subjetivam o paraibano em um espaço específico, é constituído no jogo entre efeitos de paráfrases, por meio da repetição da prática culinária nordestina, e outros valores culturais que vêm para ratificar a particularidade desses enunciados a uma comunidade imaginada, e construir efeitos de identificação no peculiar, no diferente, na relação entre o “velho” e o “novo” que se instaura para evidenciar acontecimentos em curso.

Partindo de uma relação necessária entre o dizer e as condições de produção desse dizer, o discurso da culinária tipicamente nordestina recorrente na produção das propagandas analisadas, não surge simplesmente como um retorno; as mesmas práticas, as mesmas receitas, as mesmas técnicas de produção. Há um deslocamento de sentidos que são construídos em um novo momento histórico, sejam pelas imagens, seja pela linguagem verbal, ou pela disponibilidade de novos produtos, novos bens de consumo, novas técnicas de produção, enfim como salienta Foucault: “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (1999, p. 26).

Referências

BARBOSA, Livia. Feijão com Arroz e Arroz com Feijão: o Brasil no prato dos brasileiros; In: *revista Horizontes antropológicos* UFRGS. IFCH. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Porto Alegre, ano 13, n. 28, jul/dez. de 2007.

BAUMAN, Zigmunt. *Identidade*. Tradução. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editor Jorge Zahar, 2005.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Alimentação no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Global, 2004.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 2: artes de fazer*. Tradução. Ephrim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*; tradução Mauricio Santana Dias. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

FERREIRA, M.A., ORRICO, G.D. (org.). *Linguagem, identidade e memória social*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. *Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 2005.

GREGOLIN, M. R. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso - diálogos & duelos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2004.

_____. A história como espetáculo. In: GREGOLIN, M. R, (org.). COURTINE, J. J., BONNAFOUS, Simone, POSSENTI, sírio, SARGENTINI, V.BARAONAS, R., NAVARRO, P. L., PIOZEVANI, F. *Discurso e Mídia a cultura do espetáculo*. São Carlos, SP: Claraluz, 2003.

_____. Análise do Discurso: o sentido e suas movências. In: GREGOLIN, M. R. In: GREGOLIN, M.R., CRUVINEL, M. F., KHALIL, M.G. (orgs.). *Análise do Discurso: entornos dos sentidos*. Araraquara: cultura acadêmica, 2001.

_____. Recitações de mitos: a História na lente da mídia. In: GREGOLIM, M. R. (Org.). *Filigranas do discurso: as vozes da História*. Araraquara: FCL – UNESP, 2000.

_____. AD: descrever – interpretar acontecimentos cuja materialidade funde linguagem e história. In: NAVARRO, Pedro (org.). *Estudos do Texto e do Discurso: mapeamento conceitos e métodos*. São Carlos, SP: Claraluz, 2006.

HALL. Stuart. Quem precisa de identidade? In: Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. LEAL, Wills. *Conquistando o turista pela boca*. João Pessoa, PB: Idéia, 2006.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do Discurso – (Re)ler Pêcheux hoje*; Tradução Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2003

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*; tradução Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988.

_____. Papel da memória. In CHARD, P.et. al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4 ed. Campinas SP: Pontes, 2006.

SANTOS, José Luiz. *O que é cultura*. 16 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Fragmentos do discurso religioso na produção de subjetividades homoafetivas

José Domingos

Lá vem o sermão

Historicamente, nenhum outro campo discursivo urdiu de forma tão estratégica seus dispositivos na regimentação de modelos legais para as práticas sexuais quanto o campo da religiosidade. De pronto deve-se frisar que não se pretende aqui ocupar um lugar sentencioso em relação à percepção cristã da vida sexual enquanto prática heterossexualmente orientada. Dito de outro modo, não importa fundamentalmente se uma mentalidade bíblico-cristã acerca da sexualidade é compreendida atualmente como algo bom ou mau, íntegro ou débil, mas importa antes de tudo que, enquanto ávido produtor de discursividades, o campo das religiões (as cristãs em particular) constrói subjetividades e nelas imprime determinadas “verdades” acerca da vida, do *ser* no mundo.

No caso da discussão que ora nos propomos, essas “verdades” passam a integrar um sistema moral que impõe um padrão de conduta e de organização dos modos de vida para os sujeitos. Interessa-nos ainda neste trabalho, pensar aquele que talvez seja o efei-

José Domingos é Professor Doutor do Departamento de Letras da Universidade Estadual da Paraíba.

to discursivo mais implacável de uma moral religiosa, ou seja, sua presteza para se instalar no inconsciente coletivo como um fenômeno “natural” da condição humana. Isso faz com que alguns sujeitos relacionem problemas que vivenciam, e são de ordem social diversa, à questão das próprias práticas sexuais.

Isto posto, o que será discutido com este texto é a construção de uma subjetividade que se autoproclama como homoafetiva por meio de práticas discursivas circunscritas no domínio religioso. Para tanto, é necessário que lancemos um olhar sobre o trabalho que o sujeito em questão empreende para a criação de si no instante que se coloca em determinadas posições quando enuncia. Ainda que essa construção de si não seja idêntica para qualquer caso, neste trabalho iremos pensá-la a partir do trajeto por onde se espraiam homens, que do alto de sua infâmia também existem como sujeitos de uma sexualidade tecida pelos cânones religiosos.

Em resumo, podemos pontuar a questão da seguinte forma: de que modo o sujeito que se reconhece a partir de uma sexualidade homoafetiva é afetado por uma moral religiosa e que procedimentos discursivos este sujeito organiza e seleciona na busca de uma construção de si?

Na busca de uma compreensão para a questão proposta, tomaremos então para análise o filme *Homens* (2008) de Lúcia Caus e Bertrand Lira. O curta perfila narrativas de homens homossexuais de pequenas cidades no interior do Nordeste. Das sete histórias apresentadas nos quase 22 minutos da película, selecionamos imagens¹ discursivas de quatro delas que delineiam – pelo menos linguística-

1. O termo deve ser lido aqui numa acepção menos iconográfica e mais semiótica.

mente – o imbricamento do discurso moralista religioso nas experiências particulares da homoafetividade.

Homens infames

Antes, porém, de passarmos aos enunciados filmicos propriamente, é importante situá-los sócio-historicamente. Acompanhamos a narrativização de momentos da trajetória de homossexuais pelo interior nordestino. São homens que vivem abertamente a experiência da homoafetividade, não obstante uma aridez que ali ainda é tão marcada socialmente para esse tipo de prática. São estórias pessoais de luta contra a intolerância, o preconceito, mas sem desprezar os raros lampejos de realização afetiva. Ao longo de suas falas, as personagens vão fazendo uma construção de si. É por um discurso prosaico que expõem seu cotidiano, suas lutas, seus amores e frustrações.

No geral, são homens pobres, simples, de pouco conhecimento, contudo, detentores de uma disposição inexorável para resistir a uma ordem discursiva particular que diz: “homem nasceu para mulher” ou ainda que “o Nordeste é lugar de cabra-macho”. A postura resoluta desses homens diante dos enfrentamentos diários a que se expõem faz-nos compreender o caráter copioso e inapreensível das relações de poder. Os lugares sociais que não existem *a priori*, mas que se constroem a partir de.

Pensando ainda nesse discurso prosaico das personagens de *Homens*, podemos lançá-las no rol dos *homens infames* como pensados por Michel Foucault. De fato, é isso que o são na dinâmica das relações de poder em que se inscrevem: homens insignificantes, que não merecem qualquer glória, sem registro de atos heroicos, proezas, aventuras e, portanto, infames. As personagens homossexuais

de *Homens* não se igualam em desgraça aos milhares que pelo país se avolumam nas paradas do orgulho LGBTTTT, tampouco aos ícones do movimento gay. São figuras de cujo lugar da insignificância não se é possível emergir no discurso fabuloso da história.

Ao construir a figura do homem infame, Foucault analisa documentos retirados de arquivos de reclusão, da polícia, das petições ao rei e das *lettres de cachet*, datados de 1660 a 1760. São registros de fatos e situações que constituem o ordinário, o pormenor insignificante, a obscuridade, os dias sem glória, a vida comum, que podem e devem ser ditas (FOUCAULT, 2003). Assim, há um duplo apagamento desses sujeitos do filme: dentro e fora desse conjunto de práticas sociais que se poderia chamar *gay friendly*, fazendo com que permaneçam à margem das representações sociais. Afinal, a imagem projetada de si pelo movimento gay anseia mais por um reconhecimento dentro de uma política econômica e jurídica.

Diante disso e através do recurso fílmico, as vidas desses homens estarão, ainda que por um breve instante, próximas de nós, longe do anonimato em que jazeram até então. As séries enunciativas constituídas de suas falas, que ora nos debruçamos para análise, são muito mais que sequências de relatos; são armas, gritos, gestos, atitudes, momentos de luta, relações de poder nas quais as palavras são apenas um veículo. Será, portanto, a regularidade presente nos enunciados linguístico-discursivos dessas personagens que nos norteará na delicada relação do sujeito e suas subjetividades.

“Deus, o senhor viu o que aconteceu comigo?”

Na primeira cena de *Homens*, conhecemos Edimilson Manuel dos Santos cujo nome “artístico” é Bárbara Alícia de Mônaco. Em tom sempre dramático e com algumas frases de efeito, nos conta alguns de seus momentos de encontros e dissabores. Na verdade, estes últimos parecem tê-lo marcado mais, pois o mesmo admite viver frustrado, amargurado e na solidão. Contudo, o que mais nos chama a atenção em sua narrativa é o episódio em que, segundo Bárbara, a mesma foi alvo de preconceito na igreja.

A personagem começa afirmando que ainda criança se “descobriu” homossexual, mas que o preconceito todo aumentou mais tarde ao entrar para o mundo do travestismo. E foi tentando evitar algum gesto preconceituoso em relação a si, que a mesma afirma ter se dirigido à igreja, em um sábado à noite, vestida de forma discreta para não chamar a atenção. Porém, foi proibida, “pela segunda pessoa do pastor”, a permanecer na igreja e ali “pagar um voto que tinha alcançado”. Segundo Bárbara:

... simplesmente ele disse a mim que eu não podia pagar esse voto. Que eu tinha que dizer pra ele aonde eu tinha feito a cirurgia, em qual lugar era a cirurgia e pra quê eu fiz essa cirurgia. Pois respondi pra ele que a minha vida particular só interessava a mim e a deus. E a partir desse momento, eu vi que ele estava me rejeitando, não queria que eu entrasse... voltei pra casa revoltada, com ódio (...) voltei à minha casa e conversei com deus, e disse: Deus, o senhor viu o que aconteceu comigo? (...) e me recuperei. Fiquei boa e não voltei mais à igreja e condenei toda religião. Não quis mais saber de religião.

O que vemos no depoimento de Bárbara é um sujeito que ousa não se submeter a certos manejos ideológico-religiosos com que operam as igrejas. Uma instituição que tem na prática da confissão uma peça indispensável ao governo dos homens uns pelos outros, tal como foi realizado nas instituições monásticas – e sobretudo cenobíticas – a partir do século IV (FOUCAULT, 1994a). Ainda no mesmo texto em que trata do governo dos vivos através da confissão dos pecados, Foucault interroga como é possível que, na sociedade cristã, o governo dos homens exija daqueles que são dirigidos, para além de atos de obediência e submissão, “atos de verdade” que têm como particularidade o fato de que não somente o sujeito é obrigado a dizer a verdade, mas dizer a verdade sobre si mesmo, suas faltas, seus desejos, seu estado d’alma etc.?

Toda a ciência sexual que se produziu ao longo dos últimos séculos remonta da confissão cristã onde a verdade mais íntima e secreta do sujeito deveria ser dita. Era preciso falar da própria prática sexual para que a sexualidade pudesse ser reprimida e controlada. Na verdade, essa obsessão para com a sexualidade, toda essa *vontade de saber* muito mais do que a reprimir, a tornou “a vedete” nos diversos lugares discursivos. Todos esses discursos formarão verdades sobre o sexo, este por sua vez, a serviço da sexualidade, será o lugar por excelência em que a produção de verdade está ligada ao poder. É algo que precisa ser decifrado (DREYFUS E RABINOW, 1985). Chegou-se a um ponto tal em que o sujeito é compelido a pôr o sexo em discurso para que o conhecendo (enquanto vida sexual particular), o indivíduo reconheça sua mais profunda subjetividade.

O episódio com Bárbara – aparentemente ocorrido em igreja protestante, vide a figura do pastor – sincretiza práticas católicas e evangélicas quanto à forma de lidar com o tema da homossexuali-

dade: na primeira, geralmente não há expulsão de fiel homossexual, contanto que pratique a confissão, a autopunição e se mantenha casto ocultando sua orientação sexual. Para a segunda, a postura é um tanto extremada; tendem a ser expulsos aqueles homossexuais que se negam converterem à heterossexualidade. Assim, o ódio e a revolta da personagem são compreensíveis, haja vista o duplo exercício de controle religioso a que é submetida: o da inquirição de seus atos mais íntimos e a expulsão da congregação.

Não obstante à prática de interdição que lhe é imposta impedindo sua profissão da fé, o sujeito em questão, mesmo passando a negar a igreja e a religião, não deixa de crer em deus. O “Deus cristão, pai todo-poderoso capaz de punir nossas culpas e absolver nossos pecados”. Afinal, é ao “grande juiz divino” que ele se dirige após experimentar o ódio, a fraqueza e o poder mundanos: “Deus, o senhor viu o que aconteceu comigo?”

Neste enunciado de Bárbara Alicia que intitula este tópico é possível percebermos uma atitude que se repete na fala de outras personagens do filme, quer dizer, o sujeito passa a enunciar de um lugar de vitimizado. Assim, sua “conversa com deus” traduz-se numa manifestação de temor ao poder divino perante o seu ato de desobediência ao cânone da moral religiosa. Quando assegura que na volta da igreja “conversou com deus”, o sujeito se resguarda e reafirma sua crença. Ou seja, funciona como uma estratégia discursiva em que se marcam as posições do bem e do mal: “o Sr. viu como fui perseguido. Eu busquei a tua casa, mas não me abriram as portas”. É mais ou menos esse efeito de sentido que subjaz nessa passagem do discurso de Bárbara, para quem o ataque passou a ser a defesa ao condenar toda religião por que antes fora condenada.

A máquina virou

A personagem seguinte do documentário é Xico da Viúva. Um senhor de idade avançada, bem-humorado, mas um tanto embrutecido pela aridez do ambiente em que vive. O estado rústico da vida que leva como criador de porcos em uma zona rural do Ceará faz com que sua imagem, à primeira vista, destoe de um lugar de memória que comumente é atribuído ao homoafetivo. Ainda que em nenhum momento mencione termos como gay ou homossexual, sua fala todo o tempo afirma sua experiência da homoafetividade. Inicialmente ele esclarece: “Sou filho duma mulher. Nasci duma mulher. Gostei de mulher. Mas a máquina virou, e, agora, da fruta que as mulher gosta, eu roo inté o caroço”.

Na sequência, o personagem conta que “descobriu” ter desejo pelo mesmo sexo no ano de 1976 quando sofreu um ataque e os médicos diagnosticaram como histerismo nervoso, aconselhado que o paciente não deveria reprimir seus desejos sob risco de enlouquecer. Como posto no início do texto, nosso olhar se volta aqui para o campo discursivo da religião, mas não podemos nos furtar, neste ponto, em abrir um parêntese sobre outro campo discursivo que muito contribuiu para a produção de uma “verdade” sobre a homossexualidade; falamos do saber médico que muito cedo instituiu uma visão patologizante sobre a figura do homossexual.

Desde os antigos gregos havia ideias de natureza médica acerca da sexualidade. Ali, a atividade sexual era tida como perniciososa à saúde física e mental. A perda da força física nos homens, a loucura, bem como outros males psíquicos que o sexo podia produzir deveriam ser evitados. Daí a prática sexual deveria ser controlada. Tais

ideias vieram a calhar com a futura moral religiosa cristã. Mais tarde, durante os séculos XVIII e XIX com a proliferação dos discursos sobre a sexualidade (*ciência sexual*) disseminaram-se por toda a sociedade práticas discursivas que implantaram as diversas formas de sexualidades como o homossexual, o fetichista, o exibicionista, o zoófilo. Uma vez consideradas perversões, elas serviram para produzir espécies sexuais com base numa série de caracterizações (biográficas, morfológicas, fisiológicas, psicológicas) que definem os corpos e os prazeres (DOMINGOS, 2009).

Estrategicamente, a moral religiosa vai se servir do discurso médico acerca da homossexualidade como patologia para incluir tal prática na lista de pecados abomináveis. Esta “verdade” médica oportuniza, por muito tempo, o desenvolvimento de métodos para o “tratamento” da homossexualidade à luz das ciências psíquicas. Mesmo que atualmente não configure mais dentre os distúrbios mentais, a homossexualidade ainda é alvo de religiosos oportunistas que prometem “curar” gays e lésbicas quer por meio da oração, quer por meio de “terapia”.

Retomando a estória de Xico da Viúva, graças a então configuração sócio-histórica em que se deu o episódio por ele narrado, a postura médica foi no sentido de incentivá-lo e deixar fluir seu desejo, viver livremente sua sexualidade. É verdade que este acontecimento noutros tempos ou espaços seria visto como possessão, perversão antinatural, loucura que deveria ser “tratada” com eletrochoque, ou mesmo que este *anormal* pudesse ser encarcerado, perseguido, desprezado, condenado e morto.

Todavia, Foucault (1994a) vai esclarecer que das trevas medievais até o presente, as posições dos sujeitos de incluído ou excluído, normal ou patológico não mudaram. O que mudou, de fato, foi a

percepção que cada elemento desses tem da outra parte. Em outros termos, o histerismo nervoso do personagem do documentário, o onanista do século XVIII ou o espírito possuído pelo demônio da idade média são interpretações diferentes para um mesmo modelo de organização social dicotômico em que as representações do Nós e do Eles se transformam, mas não desaparecem.

Como já fora dito, o discurso religioso perpassa a construção subjetiva das personagens de *Homens*. No caso de Xico da Viúva, essa relação se dá de forma bastante imperiosa, como atestamos em sua fala:

(...) O homem nasceu pra mulher. O homem não nasceu pra outro homem. O homem veve com outro homem porque às veiz o clima dá, a natureza dá, às veiz a pessoa pega amizade um com o outro e essa amizade corre entre os dois respeito e conveve. (...) deixei tudo na minha lei. Hoje em dia eu confio que sou um servo de deus. Se eu vivo mais esse menino, mas ele veve no canto dele, eu vivo no meu. Não empato a vida dele, não quero mais saber disso. Vivo numa boa. Tenho ele como meu companheiro porque ele veve na minha casa numa boa comigo. Nós veve lutando. Ele vai, dorme com quem ele quer, fica com quem ele quer, não vou empatar de maneira alguma. Também já tô véi num quero mais saber de certo tipo de coisa; eu quero saber é da minha paz e da minha felicidade daqui pra frente.

Em toda a sequência enunciativa supracitada, observamos os efeitos discursivos produzidos pelas “verdades” de uma moral religiosa cristã. Para a mesma, são proibidas as práticas sexuais que não se ajustem ao modelo heterossexual com fins procriativos. É o que se observa em *O homem nasceu pra mulher. O homem não nasceu pra outro homem*. Há ainda que destacar aí a atitude do sujeito que enuncia no sentido de reafirmar um discurso instituído que de-

sautoriza a relação entre pessoas do mesmo sexo como um modelo possível de prática afetivo-sexual. Exatamente o modelo restritivo que historicamente desqualificou a homossexualidade, destinando àqueles que a praticam quase sempre uma condição marginal.

Quando mencionamos anteriormente que a relação entre o discurso religioso cristão e a fala do personagem em questão acontece de forma imperiosa, estávamos antecipando a análise sobre esse modo estratégico como um dispositivo de poder (a religião) funciona na dinâmica dos jogos de poder, ou seja, aquele sobre quem recai a principal ação do dispositivo – o homossexual – é quem também preconiza em defesa desse dispositivo. A questão maior é que, a partir de uma subjetividade subjugada, o sujeito irá se deslocar para a construção de uma *prática de si*, por via de um trabalho sobre si.

É nesse sentido que Milanez citando Foucault expõe que “ser senhor de si, portanto, não é fazer o que quiser no momento em que desejar, mas é ter o conhecimento para encontrar e agir nas brechas que a história nos permite ao delinear a história de nós mesmos” (2009). Desse lugar vemos se situar o sujeito que representa a personagem de Xico da Viúva: ao mesmo tempo em que afirma os preceitos da moral religiosa, ele constrói a sua própria moralidade, pois admite viver com outro homem, deslocando-se dos efeitos daquela prática normativa.

Não podemos concordar que haja aí uma *exomologese*² como descrita em Foucault (1994a): “A *exomologese* como ‘ato de fé’ é indispensável ao cristão para que as verdades reveladas e ensinadas não sejam mais simplesmente questão de crenças que ele acei-

2. Em seu curso de 1979 sobre *O governo dos vivos*, o francês descreve a prática da exomologese num sentido mais amplo como o ato de manifestar, ao mesmo tempo, uma verdade e a adesão do sujeito a essa verdade.

ta, mas de obrigações através das quais ele se engaja”. No caso em análise, o sujeito reconhece e aceita a autoridade que legitima suas crenças. Ao se expor no vídeo, está, de certo modo, professando sua crença e confessando-se publicamente. Contudo, o último princípio da *exomologese* - viver em conformidade com a crença que professa - ele não satisfaz.

No mesmo curso, Foucault destaca um tipo particular de *exomologese*: a *exomologese* dos pecados, obrigatória aos cristãos que tenham cometido quaisquer falhas. Vamos considerar para efeito de análise o período que vai do século V ao século XIII quando ainda não fora instituído o sacramento da penitência na história dessa prática. Neste período, como nos mostra Foucault (*id. ibid.*), se fazia a *exomologese* de suas faltas através das próprias privações, suas alteridades, seu modo de vida, a atitude manifesta de arrepende-se, em suma, “por toda uma dramaticidade, na qual a expressão verbal na tinha o papel principal”.

Ainda nesse caso, reconhecemos a *exomologese* dos pecados da personagem em seu discurso: (...) *deixei tudo na minha lei. Hoje em dia eu confio que sou um servo de deus. Se eu vivo mais esse menino, mas ele veve no canto dele, eu vivo no meu (...)*. Através de uma expressão dramática e sintética, o pecador se reconhece como tal diante de todos, mas isso é uma atitude no sentido de sua libertação. O fato de deixar a religião católica e se tornar umbandista – como se percebe em sua última cena – sugere uma forma de sacrifício do sujeito que carece de um espaço onde reconcilie suas práticas, religiosa e sexual. Desse modo, ele reorganiza uma subjetividade para além dos padrões heteronormativos, e que seja temente a deus, mesmo aceitando que o amor entre dois homens é da ordem do circunstancial.

“Eu num vô nem na igreja que tenho medo de cair o teto na minha cabeça”

As duas últimas personagens de *Homens* citadas neste texto mesmo focando seus depoimentos nas relações familiares e amorosas, observamos tais relações perpassadas pelo discurso religioso. No caso de Steffany, há apenas este enunciado *eu num vô nem na igreja que tenho medo de cair o teto na minha cabeça* logo na sua aparição no vídeo. Porém, os efeitos de sentido que emergem desse segmento discursivo são vários. Como, por exemplo, o que nos remete a nossa tese inicial de que o discurso moralista religioso comumente interpela o homoafetivo no sentido de fazê-lo assumir uma posição ora de culpado (pecador), ora de sujeito vitimizado.

Mas por que o teto da igreja cairia em sua cabeça? Reativando uma memória histórica do cristianismo, resgatamos a figura do crente que sem fazer regularmente a penitência de seus pecados, os mesmos vão se acumulando ao ponto que o sujeito se põe temeroso a um castigo divino. Podemos pensar também no lugar sagrado reservado à igreja, portanto, impróprio aos profanadores da moral religiosa. Sem perder de vista as metáforas bíblicas, temos ainda a memória dos sodomitas de Sodoma e Gomorra cruelmente exterminados, assim como ocorreria à nossa personagem. Ainda que se mostre resolvido com a própria sexualidade, a ele escapa um sentimento de dívida cristã, pois sua condição de travesti subverte a ordem discursiva que reserva ao masculino e ao feminino lugares sócio-históricos bem demarcados.

O último personagem de *Homens* atende por Baiano e revela as alegrias e os dissabores por que passou para viver na companhia de

outro homem. As alegrias estão nas coisas mais cotidianas como um ensinar o outro a andar de bicicleta. Os dissabores advêm do fato de o amante ser casado com uma mulher e de a própria família de Baiano pôr-se contra o mesmo. Independente do final trágico do romance dos dois, essa estória, através da atitude da família da personagem, deixa entrever uma visão moralizante da sociedade apoiada nos princípios bíblicos da sagrada família. A personagem do documentário é posta no lugar daquele que destruiu um lar. O libertino que desestabiliza os dogmas estabelecidos.

E mais uma vez, retornamos à imagem do homossexual como vitimizado e/ou pecador. Baiano enfrentou a ordem familiar e religiosa e foi viver com seu amante, a despeito de toda interdição social. De seu turno, não havia razão para a resistência moral da família, já que importava o desejo e a querência dos dois. Pensaria: “seria correto esse gesto de preconceito contra mim?” Da outra parte, o que importa são os costumes, as leis e a moral, aquela mesma moral do Xico da Viúva de que *o homem nasceu pra mulher. O homem não nasceu pra outro homem*. Mais: “tudo isso é contra a lei de deus”. No caso em questão, também o é à lei dos homens.

Encerrando a ladainha

Como “se governar”, exercendo ações onde se é o objetivo dessas ações, o domínio em que elas se aplicam, o instrumento ao qual podem recorrer e sujeito que age? Esta questão assim formulada por Foucault (1994b) nos serve aqui para o arremate da discussão que propusemos. Assim, podemos pensar nos procedimentos que adota o homoafetivo simples do interior, meio isolado numa comunidade, em um universo

de rígidos papéis sexuais. Como proceder na construção de si, ou seja, na escolha do modo de vida, na regulação da conduta?

Entre governar ou ser governado, estes *homens* devem aprender a movimentar-se nos interstícios da história, ainda que não percebam como a sociedade cria e mantém à margem determinadas subjetividades através do fundamentalismo da religião. Como gays e travestis que são, o que lhes reserva este modelo social que ainda contribui para o sonho de um mundo perfeito cristão, que ainda visa controlar e coibir distúrbios sociais, articulando e mantendo teorias forjadas há vários séculos, excludentes, dicotômicas e equivocadas?

Contornando estas estruturas os sujeitos de *Homens*, assim como tantos iguais a eles, vão empregando-se de um *cuidado de si*, uma experimentação da própria sexualidade. Vão desafiando a sociedade deísta e sua aridez cultural e meteorológica sem, muitas vezes, reconhecer que no ato de se dizer: *sou livre, independente. Não devo nada a ninguém*, como afirma uma das personagens, esconde em si a lógica dos “jogos de verdade” pelos quais nos constituímos.

Ao final de tudo, os exemplos do filme que trouxemos para análise mostram um duplo, e às vezes simultâneo, movimento constitutivo dessas subjetividades homoafetivas no sentido de reivindicarem para si, ora o lugar do sujeito rechaçado, vítima de um poder que o oprime e não o aceita como ele é; ora, o profano pecador que desorganiza o projeto divino para o sexo dos homens. Ele pode até “viver no pecado”, ter o “pecado rasgado”, mas tudo isso se reconcilia em sua crença.

Referências

DOMINGOS, José. *Discurso, poder e subjetivação: uma discussão foucaultiana*. João Pessoa: Marca de fantasia, 2009.

FOUCAULT, Michel. Do governo dos vivos. In: *Resumo dos cursos no Collège de France (1970 – 1982)*. Tradução de Andréa Daher. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.

_____. Subjetividade e verdade. In: *Resumo dos cursos no Collège de France (1970 – 1982)*. Tradução de Andréa Daher. Rio de Janeiro: Zahar, 1994b.

_____. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder saber (ditos e escritos: IV)*. Organização e seleção de textos de Manuel Barros da Motta; tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder*. Tradução, Vera Porto Carreiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. Aula de 10 de fevereiro de 1982. In: _____ *A Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Martins fontes, 2004.

_____. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Faga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 17^a Ed. 2008.

MILANEZ, Nílton. A possessão da subjetividade. In: SANTOS, João Bosco Cabral (org.). *Sujeito e subjetividades: discursividades contemporâneas*. Uberlândia: EDUFU, 2009.

Homens. Produção de Lúcia Caus e Bertrand Lira. João Pessoa: parabólica produção, 2008. 1 DVD (22 min.): son., color. Não legendado. Port.

Incluir para se fazer sentir: uma análise discursiva da inclusão social do corpo deficiente

Eliza Freitas
Regina Baracuhy

Qualquer indivíduo é ao mesmo tempo indivíduo e humano:
difere de todos os outros e parece-se com todos os outros.
Fernando Pessoa

Para começo de conversa...

Na sociedade contemporânea a produção discursiva passa por diferentes caminhos na produção e circulação de enunciados que favorecem a emergência de diferentes objetos. Regulados por processos sócio-históricos, esses objetos entram na ordem do discurso através da proliferação de diferentes materialidades que garantem a produção de saberes e de poderes nas mais diversas instituições sociais.

O discurso sobre a inclusão social do corpo deficiente entra nesse cenário de discursividades, com uma abrangência que lhe garante um lugar ao sol nessa era de debates dos discursos do cotidiano.

Maria Eliza Freitas do Nascimento é Professora Doutora da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte.

Regina Baracuhy é Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da UFPB.

Esse lugar é conquistado através de um imenso feixe de práticas discursivas, o que confere uma visibilidade pública e um novo olhar para as questões de inclusão sobre o corpo deficiente, exemplificadas, dentre outros, por meio das políticas públicas, documentos institucionais, das campanhas governamentais e diferentes peças publicitárias que circulam na mídia. Essas materialidades ajudam a compor o conjunto dos saberes que legitimam tal discurso.

A mídia, como dispositivo de produção de discursos, opera na construção de subjetividades, dita técnicas disciplinares, padrão de comportamentos e gerencia a vida dos sujeitos, através das múltiplas formas de controle e de fabricação de verdades. Nessa era hodierna, o sujeito vive cerceado pelo efeito de normalização a que a sociedade o submete, com isso não está isolado das possibilidades de manifestação do poder disciplinar.

Pensando nesse aspecto, objetivamos, a partir da análise de enunciados da *Revista Sentidos*, destinada a discutir a inclusão da pessoa com deficiência, investigar as técnicas disciplinares e os modos de subjetivação percebidos na gestão da inclusão do corpo deficiente, agregados à relação de poder e saber.

O estudo de corpus dessa natureza pauta-se na necessidade de estudar os discursos do cotidiano, como forma de mostrar o que pode ser dito nessa formação discursiva. Com isso, oportuniza-se uma leitura crítica sobre o suporte midiático, que por ser uma instituição promotora de saberes, promove o discurso da inclusão e dita técnicas disciplinares que levam o sujeito a sentir-se bem consigo e com os outros, entretanto, há silenciamento e controle do que se pode e do que se deve dizer. Vamos analisar a revista considerando-a como uma instituição atravessada por relações de poderes e legitimadora de saberes.

É preciso mostrar ainda, como a história do corpo tornou-se fecunda para a gestão da população, através da governamentalidade que tem por alvo gerir a vida das pessoas, a fim de torná-las mais produtivas. Decorrente disso, a história do corpo deficiente ganha divulgação e oportuniza sua imersão na ordem do discurso da inclusão social.

Percorrendo a trilha teórica: poder e corpo na esteira da história

Os estudos em Análise do Discurso passam por entrelaçamentos teóricos que oportunizam discutir a produção e circulação de diferentes discursos que estão na esfera social cotidiana. Sempre em busca da interpretação dos efeitos de sentidos construídos nos enunciados discursivos que transitam em diferentes materialidades.

Foi a partir da articulação com as ideias de Foucault, conquistada principalmente no espaço que se convencionou chamar terceira época da AD, que houve uma abertura para compreender o acontecimento discursivo como objeto de investigação. O discurso é visto como prática discursiva (FOUCAULT, 2007a) nas quais se instauram saberes-poderes. O que evidencia que o poder está em todo lugar, espalhado nas instituições que promovem a produção de saber atrelado a relações de poder, mostrando que o saber é sempre político. Isto resultou no estreitamento da articulação entre poder e saber, reforçando que as “distribuições de poder”, e as “apropriações de saber” não representam mais do que cortes instantâneos em processos. [...] As relações de poder-saber não são formas dadas de repartição, são “matrizes de transformações” (FOUCAULT, 2007b)

Assim, os trabalhos em Análise do Discurso dialogam não só com a fase arqueológica, como também com as demais fases do pensa-

mento foucaultiano, ressaltadas através dos múltiplos problemas estudados por Foucault, dentre eles a história da clínica, da loucura, das prisões, da sexualidade. Na sua produção, destaca-se uma arqueologia dos saberes; genealogia dos poderes; constituição de uma ética e estética de si através das práticas de subjetivação perpassadas por uma biopolítica, como forma de compreender a constituição do sujeito na sociedade e como os discursos corroboram para se entender as produções das verdades, dos saberes, das subjetividades e das relações de poder (NASCIMENTO, 2010).

No percurso que aqui travamos é possível discutir questões apontadas por Foucault que reafirmam os modos como o “poder se exerce, como produz seus efeitos, fabricando indivíduos dóceis, inscrevendo subjetividades” (SILVA 2008, p. 172), levando em consideração o poder disciplinar presente em todas as instituições. Com isso, a história do corpo é fecunda para entender as técnicas disciplinares do governo do outro e do governo de si, através do processo de governamentalidade, que pode ser entendido como:

o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicas essenciais os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2007b, p. 291).

Essa ideia de governamentalidade pressupõe ações que irão conduzir o outro, guiar, controlar, ditar normas etc.; como forma de garantir a ação de governar. É desenvolvida por relações de poder e dominação, vinculadas a estratégias que agem “como uma seleção racional de procedimentos em função dos presumíveis procedimen-

tos alheios, desencadeando ações sobre as possíveis ações dos outros” (VEIGA-NETO, 2008).

Surge como a tendência produzida no Ocidente do governo sobre o outro que levou a uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes (FOUCAULT, 2007b). Essa questão da governamentalidade é aplicada ao Estado como responsável pelas formas de poder disciplinar, mas também podem ser sentidas em instituições como família, escola, igreja etc. Fato que evidencia o poder atrelado à produção de saberes. No entanto, é preciso notar que as relações de poder não se dão de forma centralizada, monopolista, unilateral, elas provêm de um constante estado de luta. Por isso, para Foucault (1999) “onde há poder, há resistência. [...] os pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder”.

Essas discussões, expressas na genealogia do poder, enfatizam novos olhares sobre o homem na história, com vistas à construção de saberes originários da articulação entre o poder disciplinar e as condições de emergência de um biopoder. Interessa perceber que é “o corpo da sociedade que se tornará o novo princípio. É esse corpo que será preciso proteger de um modo quase médico” (FOUCAULT, 2007, p. 145). Com isso, o foco do poder e da produção de saber passa a incidir sobre a vida da população, favorecendo a era do biopoder que age sobre a espécie humana e dissipa os rumos de sua genealogia.

Assim, a história do corpo passa a ser contada voltada para a vida. Isso se explica quando ao estudar sobre a sexualidade, Foucault explora a passagem da morte para a vida, ou seja, procura explicar a mudança de foco na tecnologia do poder; se na era do poder soberano era dado o direito sobre vida e morte, na do biopoder há a valorização da vida, “o direito de morte tenderá a se deslocar ou a se

apoiar nas exigências de um poder que gere a vida e a se ordenar em função de seus reclamos” (FOUCAULT, 1999, p. 128).

A era do poder sobre a vida se desenvolve a partir do final do século XVII sob duas redes de relações, a primeira vendo o corpo como máquina (adestramento, aptidões, forças etc.) centrado no poder das disciplinas *anátomo-política do corpo humano*; a segunda, calcada no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos (o nascimento e a mortalidade, o nível de saúde, a longevidade etc.) perpassados por uma biopolítica da população (FOUCAULT, 1999). Interessa agora normalizar a coletividade, gerir a vida do corpo social, através de políticas promotoras e controladoras do que se julga o bem-estar da população.

O corpo visto como uma ferramenta anatômica e biológica que pode ser governado e sobre o qual deve haver investimentos para garantir a vida e controle sobre a população, sofre influência do capitalismo, que exige sujeitos saudáveis como força de produção e que sejam economicamente ativos. Isso evidencia uma mudança na forma de ver o corpo, que deixa de ser uma superfície de inscrição de suplícios e de penas, passando a ser visto na coletividade, na gestão política sobre a vida, gerindo as populações através de programas de administração da saúde, da higiene etc. (REVEL, 2005). Essa perspectiva ocasiona diferenças no governo do corpo social, passando a incidir sobre a gestão de políticas de controle e normalização dos corpos, seja através de processos individualizantes, como as disciplinas, ou de processos que visem à população, como o ensino do biopoder.

Como estamos discutindo relações de poder e corpo, não poderíamos deixar de mencionar alguns aspectos históricos sobre o corpo que aparecem como objeto de análise deste trabalho. Dessa

forma, é pertinente trazer para a discussão que o sujeito que não se enquadrava na norma ou padrão social de normalidade, passava a ser considerado um anormal, isso porque a sociedade parte de um padrão necessário para caracterizar seus membros, de forma a torná-los iguais em aparência e comportamento. Durante a Idade Média, aos que se desviavam dessa norma eram aplicadas formas de exclusão que visavam ao isolamento desse corpo, fato aplicado ao sujeito deficiente.

Nessa época, evidenciavam-se os leprosários e os suplícios, corroborando que sempre houve um controle sobre o corpo anormal (com desvios físicos ou psíquicos) de forma a promover a exclusão. “Eram de fato práticas de exclusão, práticas de rejeição, práticas de ‘marginalização’, como diríamos hoje” (FOUCAULT, 2002, p. 54), que visavam a um poder de normalização promovido pelo saber médico-jurídico, através da prática do exame que era uma instância de controle do anormal:

Com o exame, tem-se uma prática que diz respeito aos anormais, que faz intervir certo poder de normalização e que tende, pouco a pouco, por sua força própria, pelos efeitos de junção que ele proporciona entre o médico e o judiciário, a transformar tanto o poder judiciário como o saber psiquiátrico, a se constituir como instância de controle do anormal (FOUCAULT, 2002, p. 54).

Agregado a essa ideia de anormal, é pertinente recorreremos ao conceito de monstro apontado por Foucault (2002, p. 69):

A noção de monstro é essencialmente uma noção jurídica – jurídica, claro, no sentido lato do termo, pois o que define o monstro é o fato de que ele constitui, em sua existência mesma e em sua forma, não apenas uma violação das leis da sociedade, mas uma violação das

leis da natureza. Ele é um registro duplo, infração às leis em sua existência mesma.

Vale ressaltar que a noção de monstro está ligada a força de uma instituição de poder jurídico, que favorece a promoção de um saber clínico que estipula um efeito de normalidade, pois o monstro seria o que está além do estranhamento e da anormalidade. No entanto, ao mesmo tempo, provoca um efeito de contradição, já que o monstro contradiz a lei. Ele é a infração levada ao máximo. Podemos dizer que o que faz a força e a capacidade de inquietação do monstro é que, ao mesmo tempo que viola a lei, ele a deixa sem voz (FOUCAULT, 2002).

Com isso, o corpo deficiente era considerado monstruoso por fugir às formas padronizadas socialmente de corpo normal, seja por violar às leis sociais ou às leis da natureza. Diante dessa discussão percebe-se como a sociedade caminha por diferentes trilhas históricas que refletem as relações de poder atreladas aos saberes de uma época, os quais passam a compor o arquivo das vontades de verdades sobre um objeto.

Com essa classificação, do anormal ao monstro, são revelados alguns aspectos do tratamento dado ao sujeito que por alguma deformidade física ou mental estivesse fora do padrão de normalidade criado e defendido por um saber médico-jurídico. Todos esses monstros, sejam portadores de defeitos físicos ou mentais, não haviam ainda sido capturados pela medicina. No decorrer do século XX começou-se a vê-los como portadores de desordens genéticas ou endocrinológicas, já que as classificações médicas entraram em cena e se tornaram dominantes. Isso havia sido reflexo de preocupações anteriores, decorrentes do movimento eugênico, o qual considerava os anormais como uma ameaça a saúde da raça (LOBO, 2008).

Essa relação com o corpo anormal, monstruoso só é modificada quando se modifica também a forma de saber-poder vigente, criando, assim outras maneiras de se olhar para o corpo que foge ao padrão do corpo social. Isso é conquistado quando o foco do poder incide sobre a população e descentra-se do foco jurídico da soberania, conforme discutido acima. Com um deslocamento no modelo de governo já a partir da metade do século XVIII, a família aparece como instrumento no interior da população, fazendo surgir campanhas de vacinação, controle de mortalidade, natalidade etc., como forma de gerir os problemas da população. Busca-se atender toda uma série de finalidades específicas que se tornarão o próprio objetivo do governo, pois interessa melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde etc. (FOUCAULT, 2007b).

Com essa forma de poder expande-se também um saber baseado na economia política que interfere na produção econômica social, configurando que o corpo vai ser medido em normal e anormal dependendo do seu potencial para o trabalho. A inserção no mercado de trabalho propicia formas de domesticar os anormais, pois os castigos não são o melhor meio para fabricar corpos dóceis, é preciso hábitos e habilidades que começam na infância, no lar, na escola e até nas fábricas (LOBO, 2008). Por isso, o poder disciplinar é produtivo para a gestão do corpo deficiente.

Diante de tal discussão, é pertinente ressaltar que é dentro da produção dos discursos que se podem perceber essas manobras das relações de poder, atreladas a construção de saberes, cuja articulação fabrica efeitos de verdades. Esses discursos são perpassados por um controle do dizer, guiados por procedimentos externos e internos que atuam na sua produção e circulação, de forma a espalhar as técnicas disciplinares e produzir subjetividades. O discurso sobre

a inclusão do corpo deficiente oportuniza intuir tais manobras, e é sobre ele que discorreremos a seguir.

Incluir para se fazer sentir:

técnicas disciplinares e modos de subjetivação

Pensar um título para uma discussão teórico-analítica nem sempre é fácil, as palavras encobrem seus sentidos. Nessa perspectiva, *incluir* refere-se diretamente às técnicas disciplinares usadas na inclusão do corpo deficiente e *sentir*, está ligado à subjetividade. Para este trabalho, utilizamos como *corpus* de análise o discurso da *Revista Sentidos*¹, cujo subtítulo reforça a que veio: *a inclusão da pessoa com deficiência*.

A revista, sendo um suporte midiático, favorece a produção discursiva, de forma a promover a circulação de enunciados perpassados por uma ordem do que se pode dizer. Além disso, atua como uma instituição disciplinar promotora de relações de poder e saber através das discursividades sobre o sujeito deficiente, o que propicia a construção da subjetividade desses sujeitos.

Consideramos a revista como uma instituição disciplinar pelo fato de que essa busca propor técnicas que constituem ações sobre o corpo deficiente, enfatizando uma possibilidade de governo sobre o outro. Ela também possibilita, através da relação de poder-saber que emana de seu discurso, o governo de si, ou seja, oportuniza ao sujeito deficiente constituir o seu próprio governo, através de ações sobre si mesmo, conduzindo o seu fazer, o seu pensar e o seu sentir.

1. A Revista Sentidos é uma publicação bimestral da Editora Escala. Selecionamos para este trabalho a edição n. 62, ano 10, publicada em janeiro de 2011.

Esse governo do outro e de si acontece mediado por técnicas. De acordo com Foucault (1989), as disciplinas são técnicas para assegurar a ordenação das multiplicidades humanas, com isso, o sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros.

Em se tratando das técnicas disciplinares utilizadas pela revista, elas apontam para a constituição de saberes relativos à inserção do sujeito deficiente na sociedade, tentando mostrar do que essas pessoas são capazes e a superação dos desafios enfrentados por elas. Assim, podemos dizer, utilizando as palavras de Veiga-Neto (2008, p. 27) que “as disciplinas agem discretamente: encobrem, sob o manto dos saberes que elas mesmas organizam, o poder a que tais saberes dão sustentação e colocam em funcionamento”. Por isso, é oportuno mostrar essas técnicas disciplinares destacadas no discurso sobre a inclusão, pois elas agem como um modo de articulação entre o poder disciplinar e o biopoder. Isso porque, essas técnicas não são apenas formas de disciplinar as condutas desse corpo deficiente de forma individualizada, mas buscam “implantar um gerenciamento planejado da vida das populações” (DUARTE, 2008, p. 49).

No suporte midiático da revista, são apresentados diferentes enunciados sobre a inclusão do sujeito deficiente, dispostos em diferentes seções que abordam diversos assuntos voltados para o público a que se destina. Dentre elas, recortamos a seção intitulada *Comportamento*, por considerarmos suficiente para atender aos objetivos que propomos e pela limitação pertinente ao gênero em questão.

Em se tratando do título, a palavra comportamento já constrói um efeito de sentido de conduta, de indução do que se espera do sujeito. Assim, através do subtítulo *A arte de superar obstáculos*, são apresentados enunciados que ressaltam a “história de pessoas deficientes que encontraram nas manifestações artísticas a fórmula

para viver melhor e mais feliz”, o que reforça a ideia de que a deficiência é um obstáculo que precisa ser superado.

Lembrando que o discurso é “estrutura e acontecimento” (PÊ-CHEUX, 2006), devemos buscar no intradiscurso, a possibilidade que a língua oferece de estar sempre sujeita ao equívoco, à falha e de que o sentido sempre pode ser outro. Assim é que, a arte de superar obstáculos pode ser interpretada como um enunciado de ordem para gerir o comportamento dos sujeitos deficientes e, com isso, as diferentes manifestações artísticas (música, dança, teatro etc.) são técnicas usadas para disciplinar o corpo deficiente. Como aparece no enunciado “musicista surda, atrizes e dançarinas cegas são artistas que estão cada vez mais presentes na sociedade. Elas comprovam que a arte, além de uma terapia, é ferramenta para a inclusão social”.

A arte surge como uma tábua de salvação, na qual o sujeito deficiente precisa se apegar para superar seus problemas, conforme se pode notar no enunciado “diante de limitações físicas, sensoriais ou psicológicas, sentimentos como medo, insegurança e vergonha são comuns. [...] a arte pode agir na vida da pessoa e mostrar outra realidade menos dura”. Desse enunciado pode-se depreender que somente pessoas com essas limitações são portadoras dos sentimentos acima descritos, quando na verdade, medo, insegurança e vergonha fazem parte do cotidiano de qualquer ser humano, em maior ou menor escala.

Nesse sentido, a revista, como um suporte midiático, produz um efeito de sensacionalismo e espetacularização do dizer, utilizando inclusive o depoimento de um sujeito autorizado a falar em nome do discurso científico, para legitimar o saber constituído nessa instância discursiva midiática. Assim, a voz da diretora da Associação

de Arteterapia do Estado de São Paulo é invocada e ela reforça os benefícios da arte na vida da pessoa, que por ser capaz de criar algo, acredita em si mesma, vivendo melhor e mais feliz. O efeito de felicidade é garantido ainda, pelas fotos de pessoas portadoras de deficiência publicadas na matéria, todas muito sorridentes e felizes, o que corrobora que as imagens também são constitutivas dos sentidos nos enunciados discursivos.

Essa técnica disciplinar explorada através da arte como forma de melhorar a vida desses sujeitos é compreendida não somente como uma ação individual, mas como uma forma de gerir o corpo social, pois está também diretamente relacionado à vida da população, através do biopoder, o que se faz perceber que “o poder deve ser analisado como algo que circula, que se exerce em cadeia e só funciona em rede” (FOUCAULT, 2007b, p. 183).

Por ser um veículo formador de opinião e promotor de saberes a revista dita regras que poderão persuadir qualquer sujeito leitor, servindo, através da relação de poder que emana de seu discurso, como formador de subjetividades, com as quais o sujeito portador de deficiência vai se identificar. Assim, cria-se uma técnica de governo de si, que através da arte busca com a ajuda dos outros, certo número de operações sobre o seu corpo e sua alma, seus pensamentos, suas condutas, seu modo de ser, como forma de conseguir transformar-se a si mesmo, em busca de um estado de felicidade, pureza e sabedoria (FOUCAULT, 2006b).

É nesse ínterim que se efetiva o processo de subjetivação dos sujeitos portadores de deficiência, uma vez que as técnicas de si oportunizam superação e fortalece a autoestima, como se pode ver no depoimento da professora de balé: “o balé tem melhorado a postura, a locomoção, o equilíbrio e a autoestima dessas meninas, além

de romper barreiras de preconceitos, muitas vezes presentes devido à deficiência visual”. Outro depoimento que corrobora essa sensação de felicidade é dado por uma musicista surda que afirma: “os surdos são sensíveis à música, não só por meio da utilização de seus resíduos auditivos, mas também por sentirem as vibrações sonoras por todo o seu corpo. [...] muitas vezes sinto a música no peitoral e nos pés. É maravilhoso”. Ocasionalmente por essa sensação de bem-estar e felicidade, o sujeito deficiente constrói sua subjetividade naquilo que lhe parece a melhor forma de conduzir a vida, de fazer-se sentir incluído socialmente com as mesmas possibilidades dos sujeitos ditos normais, o que configura que a objetivação é também um processo de subjetivação, pois a subjetividade marca “os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos e também a maneira pela qual estabelece a relação consigo, por meio de técnicas permite constituir-se como sujeito de sua própria existência” (REVEL, 2005, p. 82).

A produção discursiva mediada pela revista corrobora a relação de poder que se dissipa de forma subliminar dos enunciados produzidos, fortalecendo a ideia de dispositivos de controle e de subjetividades. Como afirma Milanez (2004, p. 187):

algumas práticas veiculadas na revista são dispositivos por meio dos quais os indivíduos são levados a prestar a atenção a eles próprios, procurando desde sempre se decifram, reconhecer-se como sujeito de desejo. É preciso pensar os desejos a partir de nossos corpos, interrogando as múltiplas relações, estratégias e técnicas que articulam os exercícios dos poderes que fluem do correr dos olhos pela revista.

Nessa esfera de produção discursiva, depreende-se um efeito de construção de verdades que se fazem perceptíveis através da visibili-

dade “do sujeito como uma fabricação do poder e, nesse sentido, ele deixa-se identificar com as práticas discursivas que o constituem. Trata-se do sujeito preso a uma verdade produzida pelo poder e às práticas que o transformam em objeto” (SILVA, 2008, p. 30).

A relação de poder perpassa a constituição de saberes que proliferam sentidos sobre o corpo e sobre o sujeito, demarcando o que pode ser dito e silenciando outros dizeres que não são evidenciados na materialidade discursiva, provocando um efeito de nunca acabar. Os discursos circulam socialmente fabricando verdades que nem sempre são ditas, camufladas no caso do enunciado em pauta, pelas histórias de superação que favorecem a inclusão do corpo deficiente através da arte, promovendo bem-estar e felicidade.

Com isso a ideia de incluir para se fazer sentir: sentir-se mais produtivo; sentir-se mais vivo, através de regras próprias determinadas pelas condições sócio-históricas de produção, as quais permeiam a vontade do dizer, a produção de saberes e as relações de poderes que estão presentes nos discursos do cotidiano e ajudam a construir a história do presente, fazendo-a caminhar por diferentes trilhas que marcam o corpo deficiente em sua subjetividade. Através das técnicas disciplinares eles são classificados não mais como anormais ou monstros, mas como corpos produtivos e felizes, docilizados por uma ordem do discurso da superação, que promove uma vontade de verdade e silencia os demais sujeitos deficientes que não estão nessa ordem discursiva.

Referências

DUARTE, André. *Biopolítica e resistência: o legado de Michel Foucault*. In: RAGO, M. VEIGA-NETO, A. *Figuras de Foucault*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007a.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 23 ed. São Paulo: Edições Graal, 2007b.

FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. 2 ed. Col. Ditos e Escritos vol. IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.

FOUCAULT, Michel. *As técnicas de si*. Col. Ditos e Escritos vol. V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade do saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

LOBO, Lilian Ferreira. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MILANEZ, Nilton. A disciplinaridade dos corpos: o sentido em revista. In: SARGENTINI, V. NAVARRO-BARBOSA, P. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder e subjetividade*. São Carlos, SP: Clara Luz, 2004.

NASCIMENTO, Maria Eliza Freitas do. *O corpo em destaque: a subjetivação da mulher na mídia*. Anais do IX ENCONTRO NACIONAL DE INTERAÇÃO EM LINGUAGEM VERBAL E NÃO-VERBAL: Linguagens e Cultura. João Pessoa: Ideia, 2010. ISBN 978857539602-5

REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos, SP: Clara Luz, 2005.

REVISTA SENTIDOS. Editora Escala, Ano 10, n. 62, jan. 2011.

SILVA, Francisco Paulo. “Quem és tu para querer manchar o meu nome”? A produção identitária das mulheres profissionais do sexo como trabalhadoras. In: FREITAS, A. C.; RODRIGUES, L. O.; SAMPAIO, M. L. P. *Linguagem, discurso e cultura: múltiplos objetos e abordagens*. Mossoró, RN: Queima-bucha, 2008.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

VEIGA-NETO, Alfredo. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de império. In: RAGO, M. VEIGA-NETO, A. *Figuras de Foucault*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

Charge: lendo imagens nas trilhas da AD francesa

Emmanuele Monteiro

Introdução

Compreender a linguagem, na perspectiva discursiva, é reconhecer que ela está necessariamente situada entre o homem e a realidade natural e social e que os sentidos são determinados historicamente. Por isso, é preciso observar que a construção do sentido faz parte da relação entre o político, o histórico e o ideológico. Assim, ao relacionarmos o sujeito leitor aos discursos que circulam nos textos produzidos pela mídia, é necessário pensar esse sujeito a partir das especificidades da ordem discursiva na qual ele está inserido e a partir de como os discursos midiáticos interferem na produção de sentido de um texto. Nestes termos, nossos objetivos são inferir como se constitui a relação leitor/imagens a partir de algumas charges do paraibano Régis Soares e verificar como se desenvolve o processo em que o leitor atribui significado(s) às charges a partir do lugar sócio-histórico que ocupa.

A charge se justifica enquanto gênero discursivo, pois ela possui estilo, tema e forma de composição específicos, ou seja, é uma imagem em que se satiriza um fato situado num contexto sócio-histórico

Maria Emmanuele Rodrigues Monteiro é Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da UFPB.

definido, e que, em geral, possui um caráter político. Utilizaremos como *corpus* as charges em que Régis Soares retrata o Presidente Lula e sua trajetória.

Desenvolveremos nosso trabalho a partir do referencial teórico da Análise do Discurso Francesa, pontuando o conceito de trajeto de leitura de Michel Pêcheux. Segundo Pêcheux, a imagem opera através da memória social, possibilitando à análise revelar que o leitor se subjetiva e dá sentido à imagem a partir da posição que ele ocupa na sociedade e por isso as práticas de leitura são definidas a partir do momento em que o leitor entra em contato com o texto¹ e escolhe quais ferramentas irá acionar para interpretá-lo e realizar uma leitura possível. Essa maneira de se processar a junção entre descrição e interpretação do real nos discursos presentes nas charges dos gestos de leitura ordena a produção dos sentidos e dos acontecimentos.

Com o chargista ocorre o mesmo na sua relação com os textos verbal e não verbal, ao retratar o personagem Lula, enquanto estereótipo (de nordestino e de político) e enquadrá-lo perfeitamente na figura arquetípica do herói, um herói nordestino, que superou todas as barreiras e que mesmo devastado por uma série de escândalos, renasce tal qual uma fênix e vence as eleições novamente. Assim, através de imagens cristalizadas na memória social, o chargista produz comicidade por meio de sua arte.

1. Neste trabalho o texto é entendido a partir das materialidades verbal e não-verbal.

Discurso, memória e comicidade: um trajeto de sentidos

O acontecimento discursivo está relacionado a um gesto de escritura, a um gesto de fala, mas, por outro lado, retém em si mesmo uma memória, articulando-se a enunciados que o precedem e que o seguem. Esses gestos de escritura, de leitura, de fala, entre outros, estão fadados a uma “descontinuidade” que devolve ao enunciado sua singularidade de acontecimento, ou seja, devolve ao enunciado sua especificidade e importância no momento de sua aparição, pois esse conceito de descontinuidade não está apenas relacionado às grandes fissuras históricas, como o “achamento” do Brasil, por exemplo, mas também no simples fato do enunciado, no momento em que surge, provocar uma minúscula, mas extremamente importante, cisão histórica. Segundo Foucault (1972, p. 36):

É preciso (...) estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção como acontecimento; nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido (...). Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem, é preciso tratá-lo no jogo de sua instância.

Assim, o discurso, materializado na língua, em seu aspecto enunciativo está relacionado às práticas discursivas que circulam no meio social em que emergem os enunciados, que nunca se repetem da mesma maneira, já que a sua função enunciativa muda de acordo com as condições de produção.

Portanto, a análise de um discurso é uma forma de compreender o enunciado levando em consideração o momento e a forma como ele aparece, verificando os fenômenos que determinam o seu

surgimento em detrimento de outros, delimitando seu espaço da forma mais precisa, observando suas possíveis articulações com os outros enunciados e quais outras maneiras de enunciação determinado enunciado silencia. Assim o conceito de discurso acaba por constituir um fundamento obrigatório em nosso trabalho, pois para observar o funcionamento da relação leitor – texto, é necessário ter em mente os discursos que circulam no meio sócio–econômico e cultural em que o sujeito leitor está inserido, porque é a partir daí, que ele escolherá as ferramentas para realizar uma leitura possível.

Nesse sentido, o leitor desenvolve a leitura compreendida como prática concreta e como exercício de interpretação a partir do lugar que ele ocupa. Segundo Michel de Certeau (1990, p. 251):

(...) o texto não tem significação a não ser através de seus leitores; ele muda com eles, ordenando-se graças a códigos de percepção que lhe escapam. Ele só se torna texto através de sua relação com a exterioridade do leitor, por um jogo de implicações e de ardis entre duas expectativas combinadas: aquela que organiza um espaço *legível* (uma literalidade) e aquela que organiza uma diligência, necessária à *efetuação* da obra (uma leitura).

Dessa maneira, com base nos procedimentos adotados por Michel Pêcheux, é possível apontar alguns mecanismos que possibilitam a realização da leitura enquanto prática discursiva, ou seja, o discurso sobre a leitura embasando as práticas e, por conseguinte, as formas de apropriação dos textos verbal e não verbal pelo leitor.

Um desses procedimentos adotados por Pêcheux é o da memória social como veículo para a interpretação da imagem. Nesse caso, “*a memória deve ser entendida a partir dos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da*

memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 1999, p. 50), ou seja, é a partir da memória mítica que está relacionada aos mitos e arquétipos² que as imagens se cristalizam, passando a fazer parte da memória social, onde são guardados todos os discursos que circularam e circulam na sociedade.

Assim, os discursos são organizados de acordo com os enunciados recorrentes no contexto enunciativo e a partir da construção da memória de que se ocupa o historiador, podendo este, constituir uma memória através da descrição evolutiva dos fatos ou através do acontecimento enquanto ruptura.

Possenti (2004, p. 357) afirma que o acontecimento enquanto ruptura consiste em tratar um fato ou enunciado sócio-historicamente relevante, observando o deslocamento, que ele provoca, através de procedimentos científicos, tais como usar o conceito “trajeto de leitura” de Michel Pêcheux para realizar uma análise. Dessa forma, o historiador que se ocupa da ruptura provocada pelos fatos emergentes, enxerga os fatos históricos de maneira não linear e pontual, o que interessa para ele não é o que aconteceu ou como aconteceu, seu interesse está focado nas causas de determinado fato ter ocorrido, na forma como foi historicizado e que outros fatos silenciou.

Assim, sendo a memória mítica, um dos componentes da memória social, o entrecruzamento de sentidos das memórias aciona o inconsciente coletivo e facilita a compreensão dos textos, pois dá ao leitor uma sensação de que ele está diante de algo familiar quando entra em contato com o texto. Uma memória é um espaço móvel de divisões, de desdobramentos e contra-discursos; assim, para o

2. Narrativas universais que procuram resolver questões essenciais e existenciais para o homem.

leitor entender a charge, a seguir, é necessário que ele tenha na memória o enunciado “Fome Zero”, enquanto programa desenvolvido pelo Governo Lula (2002 – 2010) e que tem por objetivo diminuir a pobreza e combater a fome, que é o discurso oficial. O que desdobra a charge num texto cômico está presente na materialidade verbal: “Cadê o rango?” Esse enunciado nos remete ao contra-discurso de que o programa do Governo não está dando os resultados esperados ou simplesmente não funciona.



Fig. 1: www.chargesnarua.com. Acesso: 20/07/2007

A relação leitor/imagem encontra a Análise do Discurso pelo viés do trajeto de leitura, concebido por Pêcheux (1999, p. 51), trajeto esse que é “um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar: o efeito de repetição e de reconhecimento que faz da imagem como que a recitação de um mito”, ou seja, o leitor se subjetiva e dá sentido à imagem a partir da posição que ele ocupa na sociedade e por isso as práticas de leitura são definidas a partir do

momento em que o leitor entra em contato com o texto (verbal e/ou não-verbal) e escolhe quais ferramentas irá acionar para interpretá-lo e realizar uma leitura possível. Por exemplo, quando uma charge é apresentada a um grupo de alunos do Ensino Fundamental II, ela só vai fazer sentido para esses alunos, se os mesmos tiverem uma memória do fato ou do texto a que a charge está fazendo referência, caso contrário, ela não terá serventia, pois os sentidos não circularam e não provocarão os efeitos desejados. De acordo com Pêcheux (1999, p. 52), “a memória discursiva vem restabelecer os implícitos (...) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”.

Tendo o interdiscurso como um elemento constitutivo da memória social, o chargista extrapola o próprio texto, remetendo este a outros já existentes e através de imagens cristalizadas na memória social, ele produz comicidade por meio de sua arte. Dessa forma, ao construir uma charge, o autor pode dialogar com um texto bíblico e deslocar seus sentidos com o objetivo de construir uma sátira sobre determinado acontecimento social.

Sendo assim, a comicidade convida o leitor a desenvolver uma leitura linguístico-discursiva, de forma que a participação ativa do receptor-leitor faz com ele se torne co-produtor da significação, pois a partir do momento que significa, o leitor internaliza o texto, produzindo efeitos de sentido discursivamente regulamentados, implicando a instauração da função-autor, que, de acordo com Michel Foucault, (2002, p. 44), é um procedimento de exclusão da palavra, que tem por função controlar os sentidos. Sem esse mecanismo de regulamentação dos sentidos, a interpretação não seria possível, os efeitos de sentido não passariam da superfície da charge e o processo de significação seria interrompido.

Isso quer dizer que ao entrar em contato com o texto, o leitor sofre um processo de regulamentação dos sentidos e passa a significar de acordo com a cultura em que está inscrito socialmente, pois o riso só acontecerá se texto e leitor fizerem parte de uma mesma cultura, ou seja, são as características culturais que regulamentam a função-autor e tornam risível um texto e não outro através do ponto de vista do leitor.

Conforme o filósofo francês Henri Bergson (2001, p.6), o riso tem uma função social (visa ao aperfeiçoamento do homem) e, por essa razão, o seu meio natural é a sociedade. Segundo este autor, “o riso deve preencher certas exigências da vida em comum. O riso deve ter um significado social”.

Os vários tipos de cômico surgem categorizados na obra de Bergson de acordo com uma perspectiva que faz residir na fusão entre o “mecânico” e o “vivente”, a essência da comicidade. Assim, o *cômico das formas* resultaria essencialmente da rigidez adquirida por uma fisionomia e o *cômico dos movimentos* teria origem nas atitudes, gestos ou movimentos mecânicos com caráter repetitivo. Bergson (2001, p. 26) associa a este tipo de cômico os artifícios usuais da comédia, referindo como exemplos “*a repetição periódica duma palavra ou duma cena, a intervenção simétrica dos papéis, o desenvolvimento geométrico dos quiproquós*”. O *cômico de situação* resultaria da repetição insistente de determinado acontecimento ou da inversão dos papéis das personagens em face de uma dada situação. O exagero resultante do processo de transposição da grandeza ou do valor dos objetos também poderia surtir efeito provocando o riso. Bergson enquadra ainda neste processo a ironia e o humor.

O trajeto evolutivo do “Homem”

Após termos feito um trajeto teórico que envolveu discurso, memória e comicidade, voltaremos nossa atenção para a análise de charges, com texto (verbal e não verbal), cujas escolhas foram determinadas pelo aspecto político-social resultante do momento em que as charges foram produzidas. Orlandi (2005, p. 30) considera as condições de produção em sentido estrito e em sentido amplo. O sentido estrito consiste na circunstância enunciativa, composta pelos sujeitos, os enunciados, a materialidade verbal e não-verbal e o contexto imediato em que foram produzidos os textos. Em sentido amplo, as condições de produção “incluem o contexto sócio-histórico e ideológico” em que foram construídas as charges, pois elas são gêneros datados que só conseguem um efeito de sentido se seu leitor possuir uma memória do texto ou do fato a que ela se refere.

Assim focaremos, em nossa análise, tanto a cena enunciativa³ da produção da charge, sua materialidade discursiva (enunciados verbais e imagens), os sujeitos presentes nela e o contexto sócio-histórico da charge que levaram o chargista a escolher o Presidente Lula como personagem e não outro, ou seja, o nível intradiscursivo; quanto o interdiscurso que possibilita a emergência de enunciados que compõem a memória e os torna dizíveis. De acordo com Courtine (1999, p. 18):

3. Segundo Maingueneau (1989, p.32): Ao enunciar, eu me concedo um certo lugar e “atribuo um lugar complementar ao outro”, peço-lhe que se mantenha nele e que “reconheça que sou exatamente aquele que fala do meu lugar”. Solicitação que é feita, pois, a partir de um “quem sou para ti, quem és tu para mim”.

(...) chamaria interdiscurso; séries de formulações marcando, cada uma, enunciações distintas e dispersas, articulando-se entre elas em formas lingüísticas determinadas (citando-se, repetindo-se, parafraseando-se, opondo-se entre si, transformando-se...). É nesse espaço interdiscursivo, que se poderia denominar, segundo Michel Foucault, *o domínio da memória*, que constitui a exterioridade do enunciável para o sujeito enunciadador na formação dos “preconstruídos”, de que sua enunciação apropria-se.

Dessa forma os enunciados que circulam na charge tornam-se possíveis através da memória de discursos recorrentes em nossa sociedade, com suas Instituições, entre elas, o Poder Executivo Federal; no modo como age o Presidente em relação às políticas públicas de combate à pobreza e erradicação da fome e como o povo reage a isso, pois os efeitos de sentido são suscitados pela charge em virtude de uma exterioridade constituinte. Conforme FERREIRA (2000, p. 36):

O social e o histórico são indissolúveis, não se separam: antes, encontram-se reunidos no discurso. Não há filtros separando elementos internos e externos, tampouco há uma correlação entre eles que faça corresponder, por exemplo, o lingüístico (interno) ao social e histórico (externos). A exterioridade do discurso, como já foi dito, não está fora, nem separada do que está dentro; daí ser chamada de constitutiva.

Bérgson (2001, p. 22) argumenta que muitas vezes o desenho, no nosso caso o da charge, (materialidade não-verbal do texto) toma de empréstimo a comicidade da literatura, realizando um processo intertextual, assim como as charges de Régis Soares. Dessa forma, quando essas charges são apresentadas ao leitor, o objetivo é que ele acione as imagens cristalizadas na memória social e correlacione-as com os textos para que as charges suscitem efeito de sentido. Assim, a relação leitor-imagem se constitui a partir do reconhecimento de

que fato ou texto, a charge repete e ressignifica, propiciando ao leitor a oportunidade de apropriar-se dos sentidos que circulam nela, causando um efeito cômico na leitura possível. Essa “comicidade de empréstimo” é facilmente percebida na charge a seguir, em que a imagem do Presidente Lula remete ao esquema evolutivo do ser humano proposto por Charles Darwin (1809-1882) em sua Teoria da Seleção Natural das Espécies.

Ao mesmo tempo em que descreve a evolução do “Homem”, o texto dialoga com os discursos da pobreza e da diáspora nordestina. O que está exposto na charge é um sentimento de inferioridade dos nordestinos em relação ao sudeste do país, sentimento esse que não desaparece nem mesmo com o crescimento sócio-econômico do personagem, que apesar de ocupar o mais alto cargo público do país, continua sendo apontado como nordestino e, principalmente, analfabeto.



Fig. 2: Soares, Regis. 15 anos de charges na rua.
João Pessoa: Imprell, 2006. (capa)

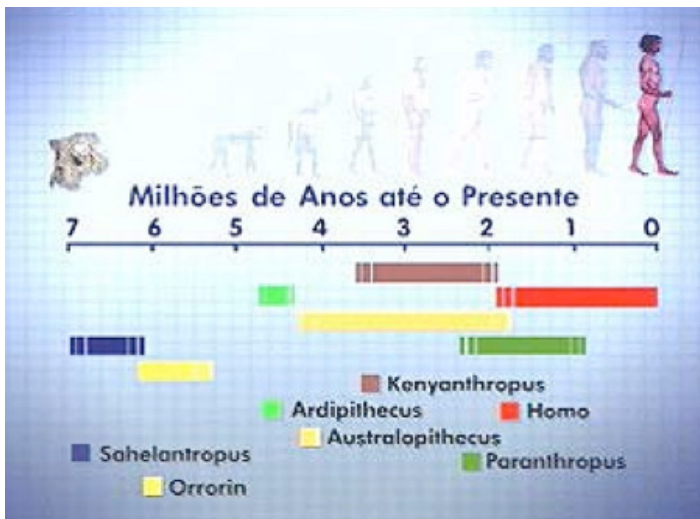


Fig. 3: br.geocities.com/.../Frases-Nticker/car.html.
Acesso: 20/08/2007

O discurso da diáspora nordestina é algo tão forte que ao compararmos a charge em questão com o esquema de Darwin, observamos que o nordestino que permanece na sua terra é no máximo um “homo erectus” dentro da sociedade brasileira, e que para evoluir, é preciso abandonar a sua terra e se inserir em uma nova identidade, pois para se tornar “homo sapiens” é preciso silenciar os estereótipos de povo nordestino e fazer saltar aos olhos da sociedade a posição sujeito-Presidente.

Outra leitura possível é aquela realizada sob o prisma do mito do herói enquanto imagem cristalizada e regularidade enunciativa. O mito do herói é uma das narrativas mais comuns e conhecidas pelos povos, sendo encontrado desde a mitologia clássica até a cultura “pop”. Aquela mesma história de nascimento humilde, alcance precoce do poder, força e ou inteligência sobre-humanas, luta contra as forças do mal, fraqueza diante da tentação, declínio, morte e renascimento. Esse tipo de narrativa possui uma capacidade de envolvimen-

to dramático incontestável e uma importância psicológica profunda. Essa importância psicológica incide principalmente sobre o fato de que o mito do herói está fortemente ligado a vários aspectos de nossas vidas, entre eles, o religioso; basta lembrarmos-nos da trajetória de Jesus Cristo, o herói que se sacrifica em prol da humanidade e cujos feitos são sempre “lembrados” nos rituais religiosos católicos: “Cordeiro de Deus, que tira do pecado do mundo, dai-nos a paz”.

E é dessa maneira que o chargista apresenta o personagem Lula, uma pessoa de origem humilde, que em virtude da persistência e da inteligência, vence todas as mazelas do povo nordestino e comete um ato heróico e sobre-humano, contrariando todas as expectativas: chega à Presidência da República, provando possuir um “quengo”⁴ fino, que é muito mais que inteligência, é uma esperteza quase sobrenatural, capaz de enrolar o mais esperto dos mais espertos.



Fig. 4: Soares, Regis. 15 anos de charges na rua.
João Pessoa: Imprell, 2006. p. 55

4. O vocábulo “quengo” (Bras. Pop. Talento, inteligência; cabeça. /Bras. Pop. Indivíduo astuto, artiloso, espertalhão – Dicionário Aurélio Digital), aqui, surge como uma regionalização do “jeitinho brasileiro”.

Na charge acima, o discurso religioso atravessa e fornece a base de sustentação para o discurso político. Assim, Lula continua sendo apresentado como herói, só que agora é um herói traído e com a reputação abalada. Nessa situação a sensação que dá é que ele é um pícaro, um personagem da tradição literária ibérica com características daquilo que hoje se chama malandragem e que vivia de expedientes, transitando entre as várias classes sociais, das quais hauria seu sustento, enganando por ardis, como acontece com o personagem “Chicó” do *Auto da Compadecida*⁵ de Ariano Suassuna (2005), que após ser questionado em virtude de suas “histórias” respondia: “Num sei, só sei que foi assim”.

Na materialidade verbal, a charge remete ao Segundo Testamento, com o texto: “Eu não sabia que tinha tantos amigos Judas”. “Judas” que é um nome próprio, aqui adquire função de adjetivo, tornando-se sinônimo de traidor, só não dá para saber exatamente de quem. Traidores de Lula? Talvez. Da confiança e dos sonhos do povo brasileiro? Com certeza. Na materialidade não-verbal, essa charge é composta pelas figuras do Presidente Lula, em primeiro plano, e em segundo plano, enforcados, os então Ministros José Dirceu (Casa Civil), Palocci (Fazenda) e José Genuíno (principal articulador do Governo).

O discurso religioso, tão fortemente cristalizado na memória social do povo nordestino, faz com que a charge em questão apresente uma relação com a tradição de malhar o Judas no “Sábado de Aleluia”, uma prática que a Igreja Católica não aprova, pois a ira é um dos sete pecados capitais, mas que se consolidou como uma lição a ser seguida: ao traidor, a morte do corpo e da alma. Neste caso, o efeito cômico se dá em razão das coisas não funcionarem da mesma

5. Montado pela primeira vez em 1956, no teatro Santa Isabel, em Recife.

forma que na tradição: Nem Lula está tão abalado assim, nem os “Judas” foram punidos, pelo contrário, dois deles foram premiados com a reeleição.



Fig. 5: www.chargesnarua.com. Acessada em 18/07/2007

Na charge, em que a materialidade verbal é composta pelos enunciados: “1º de maio dia do trabalhador”, “Já passei por isso...” observa-se o afastamento da imagem de Lula em relação ao povo, principalmente aos trabalhadores, os quais ele representou, através do movimento sindical, por tanto tempo. O intertexto apresentado é o da “sombra e água fresca” retratado pelo “Mito do Paraíso”, paraíso que ao mesmo tempo convida à tranquilidade e denuncia a elitização das ações do Governo em detrimento das necessidades do trabalhador brasileiro. Uma das leituras possíveis dessa charge é que o Presidente não é mais trabalhador, tanto no sentido de ele não ser mais operário sindicalista como no sentido de ele não estar mais lutando por melhorias para os trabalhadores.

Dessa forma, a comicidade da charge pode responder a situações inevitáveis e universais, mas também a discursos e poderes opressores, transformando-os em objeto de chiste e de riso. Assim, o leitor, num processo de identificação com o “agressor” ou com o “herói” representado na charge, aciona os sentidos que circulam na memória social, propiciando uma prática crítica de leitura e fazendo com que o chargista atinja seu principal objetivo: denunciar as mazelas sociais através do riso.

Considerações finais

Conforme afirmamos na introdução, iniciamos nosso trabalho objetivando descrever como se constitui a relação leitor/imagens a partir de algumas charges do paraibano Régis Soares e verificar como se desenvolve o processo em que o leitor atribui significado(s) às charges a partir do lugar sócio-histórico que ocupa.

Por ter como meios de divulgação um outdoor em uma rua da cidade de João Pessoa e o site www.chargesnarua.com, os leitores potenciais são os transeuntes da cidade e os internautas. Dessa forma, o lugar sócio-histórico, a partir do qual o sujeito desenvolve seu percurso de leitura, está relacionado ao fato de existir esse “leitor-transeunte”, possivelmente nordestino e provavelmente com pressa, que, em função do tempo de contato com a charge e da rotina diária tende a fazer uma leitura menos profunda, mas ao se tornar um “leitor-internauta”, esse sujeito com um tempo maior para pensar sobre o tema da charge, pode ter as condições necessárias para uma leitura mais vertical, que terá como base uma gama de dizeres e imagens cristalizadas que circulam na memória do povo brasileiro e, mais pontualmente, do nordestino.

Há ainda a possibilidade de que o “leitor internauta”, cujo lugar sócio-histórico não se pode determinar com precisão, tenha como base de sua leitura, outros dizeres e imagens cristalizadas que determinaram de forma distinta, à apresentada antes, a produção de sentido para a charge.

Nas três charges analisadas, Lula é visto como um pícaro nordestino. A causa da comicidade do nosso herói picaresco está em uma certa inadaptação dele à sociedade em que está inserido. Assim, o chargista mostra flexibilidade do personagem diante de certos acontecimentos, e um jeito avesso de resolver determinadas situações, fazendo com que a imagem do herói picaresco circule no inconsciente coletivo do nosso povo, provocando o riso – quando nos deparamos com personagens como Lula – e indignação, quando afetamos ou somos afetados pelo famoso “jeitinho brasileiro” de se conseguir o que se quer, não importando como.

Estes resultados da pesquisa mostram que o leitor se subjetiva e dá sentido à imagem a partir da posição que ele ocupa na sociedade e por isso as práticas de leitura são definidas a partir do momento em que o leitor entra em contato com o texto.

Referências

ACHARD, Pierre; DAVALON, Pierre; DURAND, J.L., PECHEUX, M., ORLANDI, E. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 49–57.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. as artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDUSKY, Freda e FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). *Os múltiplos*

territórios da Análise do Discurso. (1999). Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2000.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. *A arqueologia do saber*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972.

JUNG, C.G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Trad. Maria Luíza Apy, Dora Mariana R. Ferreira da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas, SP: Pontes, 2004.

POSSENTI, Sírio. *Teoria do Discurso: um caso de muitas rupturas*. In: MUSSALIN, F; BENTES, A. C. (org.). *Introdução à Lingüística: fundamentos epistemológicos*. Vol. 3. São Paulo: Cortez, p.p. 353, 392, 2004.

SOARES, Regis. *15 anos de charges na rua*. João Pessoa: Imprell, 2006.

O biopoder sobre o corpo nas capas da revista Veja

Tânia Pereira

Palavras iniciais

Este trabalho, situado dentro do viés da estetização do sujeito moderno, envolve o corpo, preso a um padrão estético, alienado por uma discursividade que permite considerar a mídia como um lugar poderoso de produção, constituição e circulação de sentidos. Teoricamente está ancorado no campo da Análise do Discurso, oriundo das ideias de Michel Pêcheux, e nas contribuições do filósofo francês Michel Foucault em sua analítica do poder, a partir da terceira fase de seus estudos denominada ética/estética da existência. Na sociedade contemporânea a mídia exerce um poder sobre os corpos. Esse biopoder (FOUCAULT, 2002) está materializado nas práticas discursivas, através de enunciados que enaltecem a beleza e almejam uma estética perfeita. Tais enunciados apresentam um corpo modelado através de técnicas disciplinares impostas por um saber-poder social.

A mídia é um grande aparelho ideológico que molda opiniões, fabrica estilos de vida, veicula discursos e imagens que funcionam como dispositivos disciplinares que atuam sobre os sujeitos, na

Tânia Maria Augusto Pereira é Professora Doutoranda da Universidade Estadual da Paraíba.

maioria das vezes. O foco de nossa análise está situado no discurso da mídia e nos alia a outros pesquisadores (CASTRO, 2007; GARCIA, 2005; MILANEZ, 2004, 2006; NAVARRO, 2006, 2008) que afirmam ser a mídia - por sua extensão, formatação, penetração - o lugar de produção e circulação de variados discursos.

Elegemos a Análise do Discurso de linha francesa, doravante AD, para embasamento teórico-metodológico deste trabalho por se tratar de uma disciplina de interpretação, um campo de estudo que oferece ferramentas conceituais que possibilitam compreender a produção e circulação de discursos em diferentes esferas sociais, como também a produção e reprodução de verdades pela mídia.

Diferentemente da abordagem estruturalista saussureana, cujo foco de análise era o sistema abstrato e neutro da língua, o estudo discursivo da linguagem está centrado na relação do sujeito com a exterioridade, mediada por práticas sociais simbólicas que possibilitam compreender o processo de significação materializada no discurso. Por essa razão, não há como examinar a construção de sentido sem remeter ao acontecimento histórico presente na memória discursiva, como um espaço possível de deslocamentos, de lutas e de embates de forma que do já-dito surja o novo no acontecimento discursivo. Essa concepção de língua e discurso surgiu na França, no final dos anos sessenta, através das contribuições de Jean Dubois (lexicólogo) e Michel Pêcheux (filósofo) e representou uma ruptura epistemológica, no que se refere aos estudos da linguagem, articulando sujeito e ideologia.

O discurso tem uma existência histórica. O acaso está fora de cogitação no aparecimento de um discurso. Pêcheux (2008) considera discurso como “estrutura e acontecimento”, como uma intrínseca relação entre o linguístico e o histórico que rompe os sentidos es-

tabelecidos. Então, podemos dizer que o discurso é a produção de sentidos realizada por sujeitos históricos, por meio da materialidade linguística. Foucault (2005) designa discurso como um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns. Tais regras não são somente linguísticas ou formais, mas reproduzem visões historicamente determinadas.

A escolha de capas de revista para compor nosso *corpus* deve-se ao fato de considerarmos ser na capa que se inicia o diálogo entre o enunciador e o leitor. A partir do nosso interesse em verificar de que maneira a mídia contribui, através de técnicas sutis de disciplina e de controle, na construção do corpo belo e saudável, analisamos duas imagens veiculadas nas capas da *Veja*, revista de grande circulação nacional, inserida na categoria de jornalismo informativo por abordar as mais diversas temáticas sociais. Nossa escolha foi estratégica visto que a partir das ideias de Pêcheux (2008), ficamos cientes de que o trabalho do analista do discurso resulta de um gesto de leitura, de interpretação, de modo que a dinâmica do pesquisador, desde a escolha do seu objeto de estudo até a sua descrição, é permeada pelos valores a quem ele se filia. Centramos nosso olhar analítico nas imagens a partir do conhecimento científico sobre o corpo que envolve ações biopolíticas no sentido foucaultiano.

A mídia e a concepção foucaultiana de poder

O campo de estudo da AD oferece ferramentas conceituais que possibilitam compreender a produção e reprodução de verdades pela mídia. Neste trabalho utilizaremos como ferramentas as noções foucaultianas de poder, verdade, saber e técnicas de si. Para

a AD, a mídia configura-se como um dispositivo disciplinador na medida em que cria identidades, porque parte do princípio de que essas são efeitos do discurso, já que é no interior de práticas discursivas que elas emergem.

Segundo Navarro (2008), na mídia, o poder induz ao desejo de possuir corpos que sejam belos. Segundo o autor, há uma constante divulgação da mídia quanto à estética ideal a ser conquistada, a repetição e a multiplicação de imagens, perceptíveis na mídia, são exemplos de estratégias que levam o sujeito a querer um saber que lhes permita moldar o corpo, por um padrão de beleza desejado. Quanto a essas questões, Milanez (2006) afirma que resta o autocontrole como obrigação do indivíduo, passando-se a viver nessa sociedade de controle. Diante das capas de revistas voltadas para os cuidados com o físico, questionamo-nos qual é a identidade que a mídia transmite sobre o corpo.

O conceito foucaultiano de poder ajuda a compreender de que forma a mídia impõe padrões que devem ser seguidos para sujeitos que continuam pensando que só a eles cabem as escolhas sobre o que vestir ou sobre como se comportarem nas mais diversas situações. A trajetória apontada pelo filósofo levou o homem a se preocupar mais com seu corpo, com o cuidado consigo mesmo. Para ele, o corpo é moldável por relações de poder que se esforçam para enquadrá-lo o mais fielmente possível a determinado padrão, para fazer com que seja sempre dócil, útil e belo, tudo isso na medida exata estabelecida pelo verdadeiro de determinada época. Daí a necessidade de compreender a relação entre verdade, poder e saber. Assim, o verdadeiro desta época nos ensina que cuidar do corpo, mantê-lo saudável se faz ainda mais necessário, como uma forma de resistir e negar a morte, uma forma de enganá-la e afastá-la.

Na concepção foucaultiana, a verdade compreende um “conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” e “está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (FOUCAULT, 2008:14). É essa relação muito complexa entre verdade, poder e saber que nos ajuda a entender de que forma a mídia constrói discursos tidos como verdadeiros na busca de moldar corpos. Para Foucault (2008:180), “somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade”.

A produção do discurso na sociedade passa por uma sequência de procedimentos de controle, seleção, organização e redistribuição. O poder do discurso de instituir “verdades” leva a se repensar a relação do homem com a verdade, com o verdadeiro de sua época. Cada sociedade tem seu regime de verdade. É um regime que se funda naqueles tipos de discursos que funcionam como verdadeiros em detrimento de outros tidos como falsos. Através dos discursos supostamente verdadeiros, constitui-se toda a cultura de uma época. Sobre a edificação de novos dizeres acerca de um objeto, encontramos respaldo em Foucault que desconstrói as evidências dos discursos. Nas suas ideias encontramos uma arqueologia de como funciona, como se organiza o discurso e como essa ordem pesa em quem fala, já que há regras a serem seguidas. Foucault (2000) mostra que em todas as sociedades a produção dos discursos é regulada, selecionada, organizada e redistribuída conjugando poderes e perigos. Portanto, para ele, a distribuição, as aparições dos discursos não surgem ao acaso, pois há instituições que controlam o dizer. Dessa forma, os sujeitos são levados a entrar em uma ordem arriscada do discurso, na qual poderes determinam o que pode ou não ser dito.

Um olhar sobre o corpo

Por ser um tema complexo e instigante, as discussões sobre o corpo ganharam evidência na sociedade pós-moderna e estão na “ordem do discurso” (FOUCAULT, 2000). É no corpo que se aplicam as mais diversas tecnologias de poder. Foucault afirma que o controle da sociedade se faz também pelo corpo e com o corpo, sendo a tecno-ciência o saber que produz poder. O poder sobre o corpo, segundo Foucault (2001), desenvolveu-se a partir do século XVII e pode ser traduzido de dois modos. O primeiro entende o corpo enquanto máquina, nesse caso, garantido pelo poder implícito nas formas disciplinares de tratamento dadas ao corpo. Pode-se dizer que houve uma anatomia-política do corpo. A partir da segunda metade do século XVIII, forma-se um novo modo de poder ou o que Foucault chama de biopoder. Este biopoder é localizado no corpo-espécie e garantido pelas intervenções e controles reguladores, que são traduzidos por estratégias biopolíticas aplicadas à população.

Para Foucault, estas são duas formas de poder diferentes, com origens distintas, mas que não se excluem. Pelo contrário, se o poder disciplinar em um determinado momento tinha poder de esquadrihar, desarticular os corpos, em um segundo momento, constitui-se, assim como o poder aplicado ao corpo-espécie, em um modelo, cuja função, assenta-se no investimento total sobre a vida. Entretanto, enquanto o primeiro liga-se a um poder individual centrado no corpo, o segundo associa-se a mecanismos globais de regulação centrados na vida. Na época clássica, o gerir a vida passa a ser o centro da questão de poder com o objetivo de sujeitar e controlar os corpos da população, sendo as noções de anatomia-política e bio-

política técnicas desse poder, utilizadas pelas diversas instituições da sociedade.

Desta forma, o biológico adentra o campo político e o controle do saber constitui-se em estratégias de poder. Diferentemente do poder disciplinar, cujo princípio geral era representado pelo modelo panóptico¹, onde prevalecia o regime individual disciplinar, o biopoder tem como função gerir e controlar tudo que é múltiplo, a população, não mais em espaço vigiado e fechado, mas em espaço aberto. Este é um modo de poder que se forma, por volta da segunda metade do século XVIII, centrado no corpo espécie, na regulação da vida, que tinha como preocupação questões relativas à proliferação da sociedade, natalidade, saúde, longevidade, em suma, tinha os processos biológicos do ser humano como suporte. Todos esses processos sofrem intervenções e controles reguladores dentro de uma biopolítica da população (FOUCAULT, 2002).

Atualmente, o corpo assumiu uma importância medular na construção da identidade do sujeito. Foucault (2003) entende o corpo como local privilegiado de ação do poder e do controle social. O corpo traz impresso em si marcas da cultura. Em nossa sociedade, essa ação da cultura sobre os corpos é, em grande parte, promovida pelo discurso midiático. Cuidar mais de si mesmo é um valor soberano que está na ordem do dia.

O controle do corpo é parte integral da construção reflexiva da identidade. O corpo cada vez mais é esculpido segundo padrões inter-

1. Segundo Foucault (2003), esse modelo permite aperfeiçoar o exercício do poder. E isto de várias maneiras reduz o número dos que o exercem, ao mesmo em tempo que multiplica o número daqueles sobre os quais é exercido espontaneamente e sem ruído, vigia todas as dependências onde se quer manter o domínio e o controle. O importante é que as pessoas se encontrem numa situação de poder na qual elas saibam que são vigiadas.

nacionais de beleza magra e está ligado à capacidade, desenvolvida dentro das culturas, de educar o corpo e adaptá-lo a diversos usos, ou ‘técnicas corporais’. Assim visto, o corpo teria uma “dimensão instrumental”, e seria um “objeto passível de uma educação cultural” O culto a aparência do corpo pode ser analisado como uma “técnica corporal da sociedade atual, uma vez que garante melhor performance nas negociações presentes na vida cotidiana” (CASTRO 2007:26).

Na contemporaneidade o poder não tem mais como alvo o corpo do operário (elemento-chave de uma sociedade industrial) e sim o corpo do consumidor, no qual se destaca a expectativa permanente de uma realização pela via do consumo. O corpo de produção dá lugar ao corpo como objeto de investimento e consumo. A sociedade passa de disciplinar (marcada pela vigilância) para de controle (funciona não por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea), onde o binômio saber-poder muda radicalmente com o advento das tecnologias da informação (máquinas cibernéticas e computadores exercem controle constante em meio aberto). Neste sentido, o poder cria novos modos de intervenção na constituição do sujeito, incidindo sobre a forma como o indivíduo se pensa, engendra seus limites e se transforma.

Na visão de Foucault (2003), o controle social se dá pelo controle da sexualidade e do corpo nas sociedades modernas (poderes disciplinares). Através dos poderes disciplinares são criados os ‘corpos dóceis’, isto é, todos os corpos, incluindo os desviados e desocupados, são transformados em corpos eficazes e proveitosos para a máquina social. Para a criação dos corpos dóceis, os indivíduos precisam internalizar os mecanismos de disciplina corporal, fazendo com que o controle externo se torne desnecessário, sendo substituído pelo autocontrole contínuo e diário.

Segundo o filósofo francês, “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 2003:118), o que faz com que a história das técnicas de intervenções do corpo seja também a história de como a sociedade tratou o cuidado de si e do próximo. Atualmente, com o advento das novas técnicas de comunicação e informação, o corpo já não é percebido como antes, tornou-se um bem transformável, uma mercadoria a explorada na sua capacidade de obter poder.

Os discursos do cuidado de si, enquanto práticas discursivas são elementos que integram o poder disciplinar do corpo. A partir dos anos 60, os corpos foram submetidos a um “controle-dominância-estimulação” (FOUCAULT, 2003) capitalista através do qual os indivíduos se transformavam e que governavam seus corpos “dóceis”. Cuidar de si na contemporaneidade significa cuidar do corpo, sentir-se bem a partir de regras de conduta e de princípios impostas como verdades e prescrições. Cuidar de si é munir-se dessas verdades, construídas pela mídia através da exposição incessante de imagem de corpos belos. Essa exposição midiática cria efeitos de sentido e opera na produção de verdades cristalizadas socialmente.

As técnicas de si que se desenvolvem na sociedade são entendidas como procedimentos “prescritos aos indivíduos para fixar sua identidade, mantê-la ou transformá-la [...] graças a relações de domínio de si sobre si ou de conhecimento de si por si” (FOUCAULT, 2003:109). A contribuição de Foucault na reflexão acerca do corpo é relevante, enfoca o biopoder e o cuidado de si frente a (des)construção da política de desejo e de identidade, tanto no discurso como na prática, onde a dinâmica interna do próprio sujeito é fruto das discussões com o outro, no sentido de alteridade. Na contempora-

neidade, o corpo é submetido a um mecanismo social disciplinar nos diferentes contextos em que atua, ele não é sempre o mesmo e sua escolha é baseada nas estratégias de poder.

A ética do “cuidado de si” atual não é a mesma pesquisada pelo filósofo francês. O sentido da prática dos cuidados de si a que se dedicavam os cidadãos romanos na Antiguidade estava diretamente articulado ao papel desses homens na vida pública. Ser capaz de cuidar bem do corpo e da mente era condição para cuidar bem dos assuntos da *polis*. Na sociedade contemporânea, em que o espaço público foi ocupado pela mídia, a produção dos corpos está vinculada a visibilidade da imagem que tenta apagar a um só tempo o sujeito do desejo e o sujeito da ação política.

Objetivando analisar como os sujeitos elaboram um saber sobre eles mesmos, para compreenderem aquilo que são o filósofo elencou um conjunto de “técnicas específicas”, divididas em quatro grandes grupos. Entre estas, estão as “técnicas de si”,

Que permitem aos indivíduos efetuarem, sozinhos ou com a ajuda de outros, um certo número de operações sobre seus corpos e suas almas, seus pensamentos, suas condutas, seus modos de ser; de transformar-se a fim de atender um certo estado de felicidade, de pureza, de sabedoria, de perfeição ou de imortalidade (FOUCAULT, 1994:2)².

Do ponto de vista de Sant’Anna (2005:12), o corpo é “uma palavra polissêmica, uma realidade multifacetada e, sobretudo, um objeto histórico [...] submetido à gestão social tanto quanto ele a constitui e ultrapassa”. O culto ao corpo, através da preocupação

2. Disponível no site <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/techniques.html> (Acessado em 10 de setembro de 2010). FOUCAULT, M. *Dits et Écrits*. Traduzido por Wander-son Flor do Nascimento e Karla Neves, vol. IV, Paris: Gallimard, 1994, p. 783-813.

com a estética, com a aparência facial e outros fatores, é uma característica comum das atividades ligadas ao estilo de vida nas sociedades contemporâneas. A indústria corporal através dos meios de comunicação encarrega-se de criar desejos e reforçar imagens, padronizando corpos por suas relações com a linguagem, com a ideologia e com o imaginário social e, principalmente, por seu papel na orientação de condutas e das práticas sociais.

Para Garcia (2005:15), “a imagem do corpo veiculado pela mídia tem sido alvo de (trans/de) formações gradativas pela busca infinita do belo – algo intocável, inatingível, porém bastante cobiçado”. Sobre a imagem que o corpo ocupa na cena social, o autor defende que o corpo tem uma condição extremamente volátil, artificial, superficial. Desse modo, cada vez mais a urgência da plasticidade do corpo identifica o sujeito contemporâneo.

Ao acatarem as propostas das revistas para mudarem o corpo, os sujeitos pretendem transformar sua vida, modificando sua identidade dentro da liquidez social. Este comportamento remete a Bauman (2001), quando defende que se vive o tempo da fluidez, que a sociedade ocidental imita as propriedades físico-químicas dos líquidos. Para ele, o sujeito tem a possibilidade de “renascer”, de deixar de ser o que é para se transformar em alguém que não é.

O corpo em revista

Sobre a maneira como o discursivo das revistas influi na construção dos corpos dos sujeitos leitores, é pertinente considerar o ponto de vista de Milanez (2004) sobre a revista, tida como um dispositivo de construção de identidades, porque ela serve à recriação de uma identidade que caracteriza uma experiência de alteridade para os

leitores. Para ele, a revista possibilita a constituição de corpos modelares e de objetos desejáveis.

As imagens presentes nas capas das revistas reportam ao imaginário construído em torno do corpo estigmatizado socialmente, já que o corpo funciona como um símbolo frequentemente marcado por padrões sociais estabelecidos. A apreensão da realidade é reforçada pela relação entre a linguagem verbal e a linguagem imagética que assume um caráter persuasivo e constitui o primeiro contato entre o leitor e o enunciador.

Ter um corpo “perfeito”, “bem delineado”, “em boa forma” consagra os sujeitos, pois representa a vitória sobre a natureza, o domínio além do corpo, o controle do destino. A gordura, a flacidez, o sedentarismo simbolizam a indisciplina, o descaso. O corpo apresentado enfaticamente na mídia não é um corpo natural, mas um corpo forjado, suscetível a (re)significações identitárias e transformações físicas. Esse enfoque privilegiado da mídia em geral acerca do corpo belo associado à ideia de felicidade e sucesso afeta os significados do corpo e intensifica a noção de corpo ideal.

A Figura 1 é referente à capa da edição 2139 de 18 de novembro de 2009. Esta edição tem como tema central o corpo. Em destaque aparece a imagem de partes de um corpo bem delineado e desnudo em posição de envergadura, como se estivesse fazendo um alongamento em uma das pernas. Embora sem rosto, podemos identificar um corpo feminino devido à sutileza dos traços físicos, à cintura bem definida. O corpo apresentado na capa possibilita ao sujeito-leitor uma ilusão de liberdade, de que pode intervir no próprio corpo, reinventando-o a partir das orientações que estão dentro do manual, sem se dar conta de que as escolhas que faz são na verdade impostas pela mídia, espaço privilegiado do discurso sobre o cui-



Figura 1

dados de si, que estabelece o corpo como produção simbólica, que incide nos processos de subjetivação (modos de constituição do sujeito). Assim, o corpo pode ser modelado, ajustado, para que se torne um objeto de consumo. Podemos dizer que o corpo da sociedade midiática é o corpo apresentador de si mesmo, caracterizado como porta-voz da boa forma.

O enunciado “O novo manual” (do corpo) é disposto na capa como uma manchete, uma grande notícia, um “furo” jornalístico. Este enunciado materializa a vontade de verdade do discurso da revista Veja, que se coloca como detentora do poder de estabelecer regras de uso do corpo. Transformar a revista em um manual é uma forma sofisticada e sutil de utilizar uma série de técnicas para disciplinar os sujeitos, um dispositivo de disciplinarização que adentra corpos, não apenas para moldá-los ao padrão estabelecido pela ver-

dade da época, mas, principalmente, para transformá-los em docéis e úteis para a sociedade.

Os demais enunciados aparecem em letras menores, sem destaque, localizados abaixo do enunciado-chave no canto esquerdo da capa e endossam a verdade anunciada pela revista. O primeiro deles apresenta um dado estatístico para legitimar o seu discurso. A apresentação de informações estatísticas, oriundas das ciências exatas é vista como incontestável e é uma prática muito usada no discurso midiático para endossar o que está sendo colocado como verdade da época. O segundo enunciado refere-se a um teste para que o leitor descubra se conhece o próprio corpo. Sutilmente, a Revista Veja utiliza as “técnicas de si” postuladas por Foucault (2007) quando influencia o leitor a expor-se e conhecer-se ao responder as perguntas do teste, através do exercício da confissão. Assim, é exercido o controle da mídia sobre o sujeito e dele consigo mesmo.



Figura 2

A Figura 2 corresponde à edição 2114, de 27 de maio de 2009. No exercício do biopoder, *Veja* assume uma posição do sujeito que legitima a importância do corpo e apaga as fronteiras entre beleza, saúde, prazer e bem-estar, como podemos observar no enunciado “Emagrecer pode ser uma delícia”. Abaixo do enunciado central as seis formulações linguísticas que aparecem como chamadas na capa da Revista indicam o domínio de saber que determina o que a *Veja* pode e deve dizer sobre técnicas disciplinares eficazes para seus leitores alcancem um corpo magro de forma prazerosa como está noticiado. Essa rede de formulações linguísticas apresenta sugestões e conselhos para uma alimentação saudável e saborosa que possibilitam um modo diferente de emagrecer. Eles trazem à tona o ideal de corpo dentro de uma premissa que associa alimentação, corpo magro, beleza.

Cada sociedade tem a sua verdade da época. Na sociedade pós-moderna o corpo magro está na ordem do discurso (FOUCAULT, 2000), diferentemente do corpo roliço do apresentado pelo pintor italiano Sandro Botticelli, muito distante dos rígidos padrões de magreza atuais. Botticelli foi o Mario Testino do Renascimento. Suas mulheres são belíssimas, e poderiam muito bem ser *uber models* do século XV, tal qual Gisele Bündchen atualmente. Através de linhas de uma delicadeza e refinamento dificilmente iguais, as mulheres de Botticelli mostram seus corpos com sensualidade.

Hoje podemos ficar mais magros do que nunca e ser facilmente influenciados pela mídia que constrói um discurso considerado verdadeiro na busca de moldar corpos magérrimos. Situando-se como detentora do saber e da verdade, é esse discurso que a *Veja* veicula na Figura 2.

A imagem de uma mulher magra e sorridente, vestida em um repolho, endossa o discurso da Revista. Essa imagem evoca outra (Figura 3) que remete a uma prática discursiva também associada ao universo do corpo: a clássica cena interpretada por *Marilyn Monroe* no filme “O pecado mora ao lado”³, em que a atriz tem sua saia levantada por causa do vento. Para promover esse efeito de sentido, Veja recorre ao papel da memória discursiva (PÊCHEUX, 2007) que permite um encontro efetivo entre as duas imagens. Por meio da imagem, a Revista se apropria de um discurso cujo sentido já está alicerçado no âmbito social para promover deslocamentos discursivos que resultam na desestabilização de antigos sentidos e



Figura 3

3. Imagem disponível em <http://fabiofrases.blogspot.com/2010/07/marilyn-monroe.html> (Acessado em 26 de janeiro de 2011).

no surgimento de outros novos. Através da memória um acontecimento histórico é suscetível de vir a se inscrever e isso acontece na Figura 2, em que a memória discursiva restabelece os implícitos necessários para que a leitura se torne legível.

Através das capas da Revista Veja comentadas neste trabalho, pode-se observar o acontecimento da idealização dos corpos. O discurso presente nessas capas estabelece e cristaliza a produção de uma única identidade do corpo. A mídia é o próprio espetáculo que acontece por meio de dispositivos disciplinares. Isso pode ser visto no discurso publicitário que dita formas e hábitos de vidas diferentes, enquadrados nos dispositivos de saber/poder. Na contemporaneidade, a temática do corpo mistura-se ao universo do consumo e movimenta o mercado, propiciando a venda de inúmeros produtos. A espetacularização das imagens do corpo magro, usado como dispositivo no discurso publicitário, tenta vender o corpo como um artigo de consumo.

Palavras finais

Tendo em vista o objetivo proposto deste trabalho, verificamos que as imagens do corpo belo e saudável nas capas da Revista Veja, aqui analisadas, funcionam como um dispositivo de etiquetagem e de disciplinamento do corpo. A revista impõe técnicas disciplinares para atingir um corpo idealizado e os sujeitos quase sempre seguem o que é imposto pela mídia porque não querem ficar fora da ordem do discurso que estabelece padrões de beleza alcançados em um corpo magro. Há uma saturação identitária através das imagens que buscam generalizar modelos de identidades socialmente úteis, pois estabelecem paradigmas, estereótipos, maneiras de agir

e pensar que simbolicamente inserem o sujeito em uma comunidade imaginada. Com a construção de novas verdades em relação à medicina e de todo o aparato tecnológico criado em função disso surgiram possibilidades impressionantes. São permitidas à nossa geração intervenções em nossos corpos que antes não eram sequer imaginadas. Aos poucos o corpo foi se transformando em nosso maior bem, no mais visível e merecedor alvo de cuidados.

Um corpo aparentemente a serviço de uma sociedade que se pauta pelo efêmero e imediato, cujos discursos são líquidos (BAUMAN, 2001), na qual o reconhecimento vem do olhar de um outro comum, igual e não apenas de uma autoridade. O corpo magro não é apenas sinônimo de vida saudável, ele funciona como mercadoria, como investimento, com seu valor de troca. O estilo e a aparência se tornaram fundamentais no mundo contemporâneo, decidindo o sucesso ou o fracasso dos sujeitos. As revistas estabelecem um discurso sobre o corpo aliado ao discurso da medicina, da estética e da nutrição.

Isso leva o sujeito a se impor mudanças oriundas dos progressos no campo da ciência médica que permitem ao homem reconfigurar seus limites e potencializar seu poder sobre o corpo, possibilitando a reinvenção do corpo como produção simbólica, como forma de expressão, ampliando os limites e as condições de longevidade.

Diante das reflexões aqui tecidas, é pertinente finalizar com as palavras de Leite (2009:4) sobre a tendência da mídia em fixar e estabilizar identidades através dos discursos que ela faz circular na sociedade: “cabe a nós, leitores-consumidores, ficarmos atentos a essa rede de sentidos, a esse jogo de identidades construídas pelas lentes midiáticas, que ao mesmo tempo nos define e nos assujeita”.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. 2001. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CASTRO, Ana Lúcia. 2007. *Culto ao corpo e sociedade: mídia, estilos de vida e cultura de consumo*. 2. ed. São Paulo: Annablume: Fapesp.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. [1970] 2000. 12 ed. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola.
- _____. 2002. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 2003. Tradução de Raquel Ramalhete. 27 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- _____. *A arqueologia do saber*. [1969] 2005. 7 ed. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. *História da Sexualidade: o cuidado de si*. Vol. 3. [1984] 2007. 9 ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. *Microfísica do Poder*. [1979] 2008. 25 ed. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- GARCIA, Wilton. *Corpo, mídia e representação: estudos contemporâneos*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- LEITE, Maria Regina Baracuhy. 2009. *Movimentos de construção da identidade feminina no (inter)discurso do Boticário*. (Texto digitado)
- MILANEZ, Nilton. A disciplinaridade dos corpos: o sentido em revista. In: SARGENTINI, Vanice & NAVARRO-BARBOSA, Pedro (Orgs.) *Michel Foucault e os domínios da linguagem*. São Carlos, SP: Claraluz, 2004, p. 183-200.

_____. O corpo é um arquipélago: memória, intericonicidade e identidade. In: NAVARRO, Pedro. (Org.) *Estudos do texto e do discurso*. São Carlos, SP: Claraluz, 2006, p. 153-179.

NAVARRO, Pedro. O pesquisador da mídia: entre a “Aventura do discurso” e os desafios do dispositivo de interpretação da AD. In: NAVARRO, Pedro. (Org.). *Estudos do texto e do discurso*. São Carlos, SP: Claraluz, 2006, p. 67-92.

_____. Mídia e identidade: o novo homem e a nova mulher entre imagens fragmentadas e discursos “líquidos”. In: NAVARRO, Pedro. (Org.). *O discurso nos domínios da linguagem e da história*. São Carlos, SP: Claraluz, 2008, p. 89-100.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In ACHARD, Pierre *et al.* *Papel da memória*. 2 ed. Tradução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2007, p. 49-56.

_____. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. 5. ed. Tradução Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2008.

SANT’ANNA, Denise B. (Org.) *Políticas do corpo: elementos para uma história das práticas corporais*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2005, p. 121-139.



Os textos que integram este primeiro volume lançam um olhar para objetos discursivos distintos. Não obstante à multiplicidade de objetos e temáticas, os trabalhos ora apresentados estão ancorados teórica e analiticamente no campo de estudo da Análise do Discurso, com ênfase nas formulações de Michel Pêcheux e Michel Foucault.